

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Silviane Duarte Fortes**

**A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE NAS RELAÇÕES  
COM A CEDEAO**

Porto Alegre  
2012

**Silviane Duarte Fortes**

**A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE NAS RELAÇÕES  
COM A CEDEAO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Internacionais apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Jacqueline Haffner**

Porto Alegre  
2012

**Silviane Duarte Fortes**

**A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE NAS RELAÇÕES  
COM A CEDEAO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 20 de Dezembro de 2012

---

Profa. Dra Jacqueline Angélica Hernandez Haffner - orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra Marcilene Aparecida Martins  
UFRGS

---

Profa. Karen Stallbaum  
UFRGS

**Para os meus pais Joana e Alziro**  
**Meus irmãos Getúlio William e Janeth**  
**Meu sobrinho Rodrigo**  
**E para meu namorado Vander**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela vaga a mim concedida sem as quais não seria possível a minha formação e pela oportunidade de conhecimento adquirido.

Aos meus pais Alziro Fortes e Joana Duarte, que me apoiaram nas horas mais difíceis mesmo estando longe.

Aos meus irmãos Getúlio, William, Janeth, e meu sobrinho Rodrigo pelo carinho incondicional que há entre nós.

Agradeço ao meu namorado que esteve sempre do meu lado me incentivando a continuar, e companheiro de todos os momentos com paciência, carinho, compreensão, amor.

Aos amigos sempre presentes nesses quatro anos, e aqueles que conheci durante o curso particularmente a Yasmim, e os que os nomes não sejam aqui mencionados. E aqueles que deixei em Cabo Verde ou que também estudam em outras universidades do Brasil, que fizeram diferença nessa trajetória.

E claro não poderia deixar de agradecer a professora Jacqueline Haffner, pela sua esplêndida orientação, observações, clareza e serenidade transmitida nos momentos de inquietação.

## RESUMO

Cabo Verde é um pequeno país insular situada na costa Ocidental da África. Com escassos recursos naturais, desde a sua independência em 1975, o seu povo e os seus dirigentes políticos tem-se preocupado com o desenvolvimento do país e buscam através de uma gestão eficaz dos escassos recursos naturais existentes e através da política externa promover seu desenvolvimento interno. O País que tem vindo a ter um grau de desenvolvimento significativo durante os últimos anos, visto que deixou de fazer parte da lista dos países subdesenvolvidos para integrar a dos países em vias de desenvolvimento. Tem historicamente levado a cabo uma intensa atividade diplomática na busca por uma inserção mais dinâmica no sistema internacional e regional. A sua inserção no espaço de cooperação e integração regional, no caso a –CEDEAO – objeto maior de pesquisa, é de grande relevância tendo em vista um maior desenvolvimento do país através da sua adesão a este bloco regional.

Palavras-chaves: Política externa. Cabo Verde. CEDEAO. Desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

Cape Verde is a small island country situated on the west coast of Africa. With scarce natural resources, since its independence in 1975, its people and their political leaders have been concerned with the development of the country and seek through effective management of scarce natural resources and foreign policy by promoting their internal development. The country has been having a degree of significant development in recent years, as no longer part of the list of developing countries to integrate the countries' development. Historically has carried out an intense diplomatic activity in the search for a more dynamic insertion in the international and regional levels. Its integration within regional cooperation and integration, in this case - CEDEAO - larger object of research is of great importance in view of the further development of the country through its adherence to this regional bloc.

Keywords: Foreign policy. Cape Verde. CEDEAO. Development.

## LISTA DE ABREVIATURAS

APE- Acordo de Parceria Econômica  
BAD- Banco Africano de Desenvolvimento  
BCV- Banco Central de Cabo Verde  
BIDC- Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO  
BRIC- Banco Regional de Investimento da CEDEAO  
CEA- Comunidade Econômica Africana  
CEAO- Comunidade Econômica da África do Oeste  
CEDEAO- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental  
CILSS- Comitê Permanente de Luta contra a Seca no Sahel  
CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
DGA- Direção Geral das Alfandegas  
ECOMOG- Grupo de Monitoramento da Paz de CEDEAO  
ECOWAS- Economic Community of West African States  
FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
FRDC- Fundo Regional de Desenvolvimento da CEDEAO  
IAO- Instituto da África do Oeste para integração Regional  
INE- Instituto Nacional de Estatística  
IVA- Imposto sobre o Valor Agregado  
MRU- União do Rio Mano  
NATO- Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OMC- Organização Mundial do Comércio  
ONU- Organização Nações Unidas  
PAIGC- Partido Africano de Independência Guiné Cabo Verde  
PDM- Países de Desenvolvimento Médio  
PIB- Produto Interno Bruto  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRMD- Países de Rendimento Médio  
TEC- Tarifa Externa Comum  
UA- União Africana  
UDEAO- União Aduaneira dos Estados da África do Oeste  
UE- União Europeia



UEMOA- União Econômica e Monetária Oeste Africana

UMOA-União Monetária Oeste Africana

UNECA- Fundo das Nações Unidas para a África

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>15</b>
2.1 POLITICA EXTERNA: ORIGEM E CONCEITO.....	15
2.2 RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE.....	17
<b>2.2.1 Programa do Governo para a política externa 2006-2011 .....</b>	<b>21</b>
<b>3 INSERÇÃO DE CABO VERDE NO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: CEDEAO .....</b>	<b>25</b>
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	25
3.2 NASCIMENTO DA COMUNIDADE.....	27
<b>3.2.1 Aspetos Étnicos .....</b>	<b>32</b>
<b>3.2.2 A participação dos Estados Membros .....</b>	<b>33</b>
3.3 A INTEGRAÇÃO DE CABO VERDE NA COMUNIDADE .....	35
<b>4 CABO VERDE NA CEDEAO.....</b>	<b>38</b>
4.1 O PROCESSO DE ADESÃO DE CABO VERDE CEDEAO .....	38
<b>4.1.2 Motivos da Adesão de Cabo Verde na CEDEAO.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1.3 Documentos Assinados.....</b>	<b>41</b>
4.2 A PARTICIPAÇÃO DA CEDEAO NO COMÉRCIO EXTERNO DE CABO VERDE..	42
4.3 VANTAGENS DA ADESÃO.....	48
4.4 DESVANTAGENS DA ADESÃO .....	49
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO A – PAÍSES DA CEDEAO.....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO B – CABO VERDE - LOCALIZAÇÃO .....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Cabo Verde um país insular, situado na costa Ocidental Africana, um arquipélago formado por 10 ilhas, sendo que nove são habitadas e uma é desabitada. Entretanto a uma forte influência na imigração de pessoas ao exterior e em grande medida foi graças à ajuda das remessas dos imigrantes que se tem notado um grande desenvolvimento no país dado a importância da diáspora<sup>1</sup> e da ajuda pública ao desenvolvimento na sua política externa. Trata-se de um país ainda muito jovem com 35 anos de independência. Um país que tem vindo a ter um grau de desenvolvimento significativo. Deixou de fazer parte da lista dos países subdesenvolvidos para integrar a lista dos países em vias de desenvolvimento. O país tem vindo a desenvolver uma intensa atividade diplomática tendo em vista a sua inserção mais dinâmica num sistema internacional.

O fato de Cabo Verde ser um arquipélago constituído por 10 ilhas implica um duplo condicionamento, o primeiro derivado de sua condição insular e o respectivo distanciamento de qualquer outro território continental e o segundo se deriva da descontinuidade física do território o que leva a um distanciamento entre as várias ilhas e a inerente multiplicação de infraestruturas. O país é extremamente dependente de transferências externas e sem recursos naturais assinaláveis, o que provoca um enorme grau de dependência. Apresenta em sentido favorável uma enorme qualidade nos seus recursos humanos (reconhecido no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD) e a sua situação geográfica privilegiada no centro das principais rotas marítimas e aéreas do Oceano Atlântico. Esta localização privilegiada conduz a um conjunto alargado de alternativas e opções em matéria de desenvolvimento do país.

Devido à ausência de recursos naturais e matérias-primas, a condução de uma boa política externa torna-se a opção mais que viável, nomeadamente na integração do país em blocos económicos visando à promoção do desenvolvimento. Tratando-se da África Ocidental, Cabo Verde faz parte de vários blocos de integração e um deles é a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o objetivo primeiro do presente trabalho de pesquisa. Cabo Verde integra essa comunidade e com ele vem desenvolvendo parcerias no intuito de uma melhor inserção na região, já que África Ocidental foi pioneira dos ideais integracionistas em toda a África, e ao longo da sua história sempre apresentou iniciativas ambiciosas de cooperação para o desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Manuel Martins (1995) define a diáspora como sendo um fenómeno de dispersão de população anteriormente reunidas noutros territórios.

Alguns dados nos ajudam a compreender a situação econômica do país. De acordo com a política de crédito do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), um país de rendimento médio baixo (PRMB). O produto nacional bruto (PNB) per capita cabo-verdiano, em 2010, rondou os US\$3.270, bem acima do patamar de US\$1.175 de PNB per capita dos países de Rendimento Médio (PRMB).

Apesar dos progressos significativos alcançados nas últimas duas décadas, o país continua a enfrentar alguns constrangimentos e desafios significativos ao seu desenvolvimento. Para além da insularidade, Cabo Verde tem problemas que resultam da dispersão territorial (dez ilhas) e de uma população escassa (menos de 500 mil habitantes), que limitam o seu mercado interno, um clima saheliano seco e recursos muito limitados (BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012).

No que diz respeito aos setores da economia podemos fazer algumas constatações. O sector primário, foi progressivamente perdendo peso na economia na medida em que a adversidade das condições climáticas locais não permitem que os rendimentos agrícolas sejam significativos o que associado ao nível de tecnologia incipiente, não propicia ganhos de produtividade relevante. A posição geográfica do arquipélago, no prolongamento da região sahelina <sup>2</sup>, marcada por períodos de seca prolongada e pluviosidade muito irregular, estão na origem da prática de uma agricultura de subsistência. Dados do instituto nacional de estatísticas apontam para uma queda de 9% para 6%, no período 1999 a 2006, atribuída a sucessivos maus anos agrícolas. À semelhança do que se verifica com o setor das pescas, peso da agricultura no PIB em 2006 (4,8%), mantém-se praticamente inalterado comparativamente a 2005 (5,2%). Os setores da pesca apesar das indústrias de transformação de pescado têm experimentado algum desenvolvimento com a instalação de algumas unidades industriais no Mindelo, cidade da ilha de São Vicente onde encontra, o Porto Grande (maior porto do país), que serve de escala transatlântica para navios de todas as nacionalidades representa ainda uma parte modesta no PIB (2%). O crescimento do setor secundário representou 17,6% do PIB em 2006, tem sido liderado pelo forte dinamismo da construção e pela retomada do setor da indústria que cresce atualmente ao mesmo ritmo que o PIB nominal. Após um período caracterizado por alguma flutuação, o peso da construção no PIB ascende a 18%, em 2006, apresentando fortes perspectivas de crescimento a julgar pela evolução positiva do nível de importações de material de construção (nomeadamente cimento, ferro, aço e outros materiais).

---

<sup>2</sup> Região da África situada entre o deserto do Saara e as terras mais férteis a sul, que forma um corredor quase ininterrupto do Atlântico ao Mar Vermelho, numa largura que varia entre 500 e 700 km. Por vezes, usa-se este termo para designar os países da África Ocidental para os quais existe um complexo sistema de estudos de precipitação.

O setor da indústria, por seu turno representa em 2006 cerca de 7% do PIB (enquadramento, c2007- 2008).

O setor terciário ocupa atualmente um papel de destaque na estrutura econômica do país, impulsionado, sobretudo pelo forte desempenho do setor dos serviços, que cresce a taxas superiores às do PIB. O setor dos serviços tem sido o que mais tem contribuído para o crescimento da economia nacional, consolidando o seu peso em termos do PIB em torno dos 70,65%. O crescimento da atividade do setor dos serviços tem sido largamente determinado pelo forte dinamismo do subsetor do turismo aliado à evolução favorável dos transportes, da banca e dos seguros. O setor terciário assume importância capital na geração do emprego tendo em conta que grande parte da população ativa encontra-se neste setor, apresentando também maior propensão à atração de investimentos privados. É no setor terciário, representativo de 69% do PIB, que se concentram vantagens comparativas que mais facilmente poderão ser transformadas em vantagens competitivas (enquadramento, c2007-2008).

Portanto, tendo sempre em mente a importância do tema para o auxílio em futuras pesquisas e trabalhos académicos, contribuindo para o avanço da pesquisa no Brasil, em particular na UFRGS, esta pesquisa busca mostrar de que forma a inserção de Cabo Verde na CEDEAO como pressuposto da política externa tem condicionado o desenvolvimento do país.

O trabalho tem como objetivo principal analisar a política externa. Ao levarmos a cabo este objetivo procuramos demonstrar as várias vulnerabilidades do país e os esforços que Cabo Verde tem empreendido para superar as entraves ao maior desenvolvimento. Dessa forma, constata-se que a inserção em blocos económicos e em particular na CEDEAO, objeto maior desta pesquisa, tem o propósito não só de uma maior aproximação com a região, mas também, constitui um ponto estratégico para a afirmação da política externa do país. Para tal trabalhamos com a hipótese de que devido às condições geográficas do país, o seu desenvolvimento depende em grande medida da efetividade de sua política externa.

Para tanto usamos a técnica de pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos e periódicos, bem como sites oficiais do governo de Cabo Verde. Tratar-se-á, portanto de uma análise, revisão e integração tanto de dados qualitativos, quanto, de dados quantitativos, já que ambos são complementares.

Para nortear o trabalho teoricamente levamos basicamente em consideração à noção de política externa de Wilhelmy (1988) que de uma forma objetiva e direta define política externa como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus

interesses perante os outros Estados. A política externa de acordo com este autor está vinculada ao nível do Estado-Nação, tendo por referência os objetivos e as estratégias que, por meio do governo, de determinado país busca realizar seus interesses frente ao sistema internacional, respondendo a demandas tanto de ordem doméstica quanto internacional. Pois conforme poderemos constatar ao longo do trabalho, a condução política externa visando a prevalência dos interesses nacionais e consequentemente o desenvolvimento tem-se mostrado uma estratégia da elite política cabo-verdiana.

Esta monografia está estruturada a partir desta introdução com três capítulos de desenvolvimento e uma conclusão geral. No segundo capítulo são abordadas a importância da política externa nas relações de Cabo Verde com o exterior, bem como a importância da mesma para o desenvolvimento do país, para tanto se fez primeiramente uma revisão da origem e conceito de política externa.

No terceiro capítulo dedicou-se a análise da inserção de Cabo Verde na CEDEAO. Entretanto, se fez um breve antecedente histórico e nascimento da comunidade, de questões étnicas e da participação dos Estados-membros, pois se julgou necessário rever estes aspectos para a melhor compreensão do assunto em pauta.

No quarto e último capítulo são analisados basicamente os motivos da adesão de Cabo Verde na CEDEAO, as vantagens e possíveis desvantagens dessa adesão bem como as alguns dados de importação e exportação relações comerciais do país com esse bloco.

## 2 IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esse capítulo tem como principal objetivo analisar a importância e o papel da política externa adotada pelo Estado de Cabo Verde. Para tanto, serão ainda apresentados os conceitos por detrás da noção de política externa e de desenvolvimento, bem como, a relação entre política externa e desenvolvimento no contexto cabo-verdiano.

### 2.1 POLITICA EXTERNA: ORIGEM E CONCEITO

O conceito que define a política externa passa a ser utilizado após o surgimento do tratado de Vestefália, pelo fato deste tratado trazer um elemento de grande relevância, a saber, a soberania dos Estados <sup>3</sup>que significa o poder máximo na ordem interna e a igualdade na ordem internacional.

Os princípios basilares da política externa cabo-verdiana são todos conhecidos, do mesmo modo que é reconhecido o continuado esforço do Estado de Cabo Verde para manter uma linha de atuação externa condizente com estes princípios, condição fundamental para a preservação e o reforço da sua credibilidade e prestígio externos, fatores indispensáveis à realização estratégica que definimos para o desenvolvimento de Cabo Verde ao longo prazo. (NEVES, 2004, p.1).

O tratado de Vestefália marca o início da chamada modernidade, que encerra a ligação que existia entre os poderes políticos e os poderes religiosos. Assim, pode-se falar em política externa a partir da formação de Estados e, especialmente, a partir do momento em que estes passam a estabelecer relações no âmbito internacional.

Na verdade, são distintas e inúmeras as definições de política externa apresentadas pelos mais diversos autores, sendo umas vagas, outras incompletas e até desacertadas. Fernando Sousa (2005), com base no dicionário de Relações Internacionais define política externa como sendo “a atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem”, analisando quais as melhores opções externas nas várias e distintas situações.

Ademais, o autor acrescenta:

---

<sup>3</sup> Tratado de Westphalia: O Tratado de Westphalia, de 1648, foi assinado quando o Sacro Império Romano-Germânico, governado pelos Habsburgos austríacos, foi derrotado, após a Guerra dos Trinta Anos. Esse Tratado restabeleceu a paz na Europa e inaugurou nova fase na história política daquele continente, propiciando o triunfo da igualdade jurídica dos Estados, com o que ficaram estabelecidas sólidas bases de uma regulamentação internacional positiva. Esta igualdade jurídica elevou os Estados ao patamar de únicos atores nas políticas internacionais e consagrou o modelo da soberania externa absoluta, e iniciou-se uma ordem internacional protagonizada por nações com poder supremo dentro de fronteiras territoriais estabelecidas.

O meio doméstico/interno constitui o pano de fundo, com base no qual as diretrizes da política externa são delineadas. O meio externo/internacional constitui o ambiente onde a política externa irá ser implementada. A implementação da política externa de um país envolve outros atores, implicando reações dos mesmos. Torna-se, assim, necessário que a tomada de decisão de políticos tenham em conta os interesses do meio interno, bem como, ao analisar o meio externo, tenham a capacidade de antever as reações dos outros Estados – definição da situação (SOUSA, 2005, p. 144).

Wilhelmy (1988) de uma forma objetiva e direta define política externa como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados. Neste sentido, a política externa está vinculada ao nível do Estado-Nação, tendo por referência os objetivos e as estratégias que, por meio do governo, de determinado país busca realizar seus interesses frente ao sistema internacional, respondendo a demandas tanto de ordem doméstica quanto internacional.

No entanto, nesta mesma linha de pensamento Milan Rados concebe a política externa como uma atividade organizada de um Estado com qual se pretende maximizar os próprios valores e interesses perante outros Estados e os outros atores das relações internacionais (MILAN, 2003).

Calvet de Magalhães defende a mesma posição de Rados ao considerar a política externa como o “[...] conjunto das decisões e ações de um Estado em relação ao domínio Externo” (TAVARES, 2010, p. 29).

Enquanto isso, Victor Marques dos Santos define a política externa como “o conjunto de linhas de ação política desenvolvida fora das fronteiras de um Estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através de concretização de objetivos definidos num programa de governo” (TAVARES, 2010, p. 29).

Neste sentido, pode-se observar que o autor traz um elemento novo em relação aos outros, ao deixar transparecer que a política externa não é rígida, está sujeita a constantes adaptações em função da visão de quem governa.

Russell por sua vez define política Externa “como a área particular da ação política dos governos, abrangendo três dimensões analiticamente separáveis – política-diplomática, militar-estratégica e econômica- e que se projeta no âmbito externo” (RUSSEL, 1990, p. 255).

Henrique de Oliveira (2005) ressalta algo de grande importância, que é a questão do aumento do número de organizações governamentais e não governamentais na cena internacional, mas sempre política externa estará por detrás da atuação do estado na defesa dos interesses dessas instituições.



Na visão de Graça (2004) a política externa constitui, indubitavelmente, um instrumento utilizado pelas unidades políticas, no âmbito da concretização, ou pelo menos, na tentativa de concretização dos objetivos últimos de qualquer Estado que se preza: a segurança e o bem-estar das suas populações.

De acordo com Nye (2002) política externa presume relações entre os estados. Na verdade, a política externa tem diversos condicionantes que podem estar por detrás da sua condução, por isso, tem que existir uma percepção clara, pois que a mesma não deixando de ser um jogo estratégico, não representa apenas interesse de um Estado, mas sim vários interesses estratégicos que se cruzam no contexto das relações internacionais.

Pode-se concluir, como apresentado por diferentes autores que a política externa torna-se um fator de conflitualidade, por isso a necessidade de existência de mecanismos internacionais no prosseguimento de gestão e resolução dos conflitos internacionais, como por exemplo, o papel do Tribunal Internacional de Justiça, como órgão jurídico internacional responsável pela jurisdição em torno dos litígios interestados<sup>4</sup>.

Ademais, de acordo com Tavares (2010), a política externa não se resume às questões pacíficas, como a cooperação e integração internacional, mas também pode ser levada ao extremo, nomeadamente através da guerra e por outras vias menos pacíficas como a pressão económica, embargos militares, dissuasão nuclear, ameaças, contenção, etc. Inúmeros são os exemplos de relações internacionais conflituosas, em resultado de conflitos de interesses nacionais de um Estado para com outro Estado, podendo ter dimensões regionais, sobretudo por questões fronteiriças (Caso da região de Médio Oriente), também podendo ser no nível das Relações Transatlânticas (como por exemplo, a política externa americana para com determinados países asiáticos).

## 2.2 RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA E DESENVOLVIMENTO EM CABO VERDE

A política externa tem sido fundamental no processo de desenvolvimento de diversos países, particularmente no que diz respeito ao caso de Cabo verde, objeto de nossa análise.

Nas palavras de Tavares (2010) o “processo de desenvolvimento é um tanto complexo” desta forma o desenvolvimento está agregado a fatores de natureza políticos,

---

<sup>4</sup> Sobre a competência do TIP, ver os artigos: 34°, 35°, 36°, 37° e 38° da Carta das Nações Unidas.

econômicos, socioculturais, demográficos, etc. Ademais, estes fatores podem ser de caráter endógeno ou exógeno. No que se refere aos fatores internos, cabe mencionar os recursos naturais que um país possui; os fatores externos, por sua vez, incluem a diplomacia externa de um Estado, conduzida de forma eficaz e consistente, em adição às remessas enviadas pelos emigrantes entre outros.

Constata-se que o esclarecimento acima abarca tanto aos Estados que possuem recursos naturais como também aqueles que não possuem tais recursos. Deveras no continente africano, podemos deparar com duas realidades distintas. Por um lado, os Estados que dispõem de recursos naturais, mas que enfrentam dificuldades em revertê-las em investimento para a economia e, por outro, os que são extremamente pobres em matérias primas.

Dentro desta linha Tavares coloca que a política externa pode servir como uma ponte para o desenvolvimento. O autor alega para o primeiro caso, as parcerias internacionais com ênfase particular nos domínios das ciências e tecnologias auxiliando no processo de transformação dos recursos naturais. Para o segundo caso, onde há ausência de recursos naturais e matérias primas é insustentável não haver uma boa política externa, especificamente as parcerias internacionais com o intuito de conseguir empréstimos de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e atrair investimento externo direto entre outros de grande relevância para a política externa (TAVARES, 2010).

No entanto, a política externa para o desenvolvimento tem que firmar uma maior abertura dos Estados para o mundo, no desenvolvimento de relações diplomáticas no âmbito bilateral, multilateral através das grandes instituições internacionais, e ainda nos espaços de integração econômica regional de forma a auxiliar os pequenos mercados locais diante dos problemas encontrados na esfera internacional.

De um modo geral, a política externa só pode conduzir ao desenvolvimento, se esta for seguida de uma estratégia bem definida, sempre levando em conta os objetivos do desenvolvimento.

É precisamente por esta razão, que as relações externas constituem hoje o núcleo duro de qualquer governo impondo a necessidade de técnicos altamente especializados e responsáveis políticos de inequívoca qualidade. Na verdade só isso não é o suficiente, mas antes é necessário saber definir e coordenar políticas integradas de forma consistente (TAVARES, 2010).

Ao analisarmos os primórdios da política externa de Cabo Verde, observamos que esta começa num período conturbado do cenário internacional e se enquadra num contexto bipolar da Guerra Fria dividido por dois blocos, o capitalista e o comunista.

Cabe destacar neste cenário que Cabo Verde conquistou a sua independência em meio a um conjunto de acontecimentos que caracterizaram a década de 1970 do século XX, como por exemplo, o choque petrolífero, o avanço geoestratégico da URSS e a perda de posições estratégicas dos EUA, na Ásia, América Latina e África.

Ademias se destacam outros eventos que também coincidiram com a época em que Cabo Verde ascende à independência. Tais como, a guerra entre a Grécia e a Turquia, o que fez agitar o flanco sul da NATO e a Guerra de Yom Kippur. A indiscutível marca desse período da História Contemporânea é o embate geopolítico e geoestratégico, que se instalou entre os EUA e a URSS, incluindo a sua componente ideológica, ainda no ápice da 2ª Guerra Mundial.

Com efeito, neste período de “Guerra Fria”, Cabo Verde não é ignorado, em virtude da sua posição geográfica, a saber, um terreno importante para geoestratégia tanto dos Estados Unidos como para a URSS.

Neste sentido, pode-se dizer que no início da construção do Estado de Cabo Verde, ao mesmo tempo em que as autoridades cabo-verdianas identificavam as ameaças e os riscos no cenário internacional, analisando a estratégica do país, frente à nova realidade, também tomavam medidas no âmbito da Política Externa do país, com vista à defesa dos interesses nacionais (GRAÇA, 2004).

Desse modo, no Programa de Governo de 1975-1980, foram definidos alguns princípios como eixos principais do relacionamento do Estado de Cabo Verde com o exterior, entre os quais se destacam: o princípio da soberania; respeito pelas Normas do Direito Internacional; não ingerência nos assuntos internos; e, igualdade e reciprocidade de vantagens. Essas medidas se inserem num contexto em que a diversificação e multiplicação de parceiros constituem pilares fundamentais em termo de opções políticas no domínio das relações externas. Dito de outra forma, a política externa de Cabo Verde foi embasada em princípios que pressupõe um bom relacionamento e multiplicação dos parceiros externos.

O governo de Cabo Verde analisou seus objetivos primordiais envolventes na sua estratégia de política externa e, é nesse sentido, que se tentou evitar qualquer tipo de alinhamento com um dos blocos influentes na época.

Nas palavras de José da Graça “É que o alinhamento, no pensamento dos dirigentes políticos cabo-verdianos significava perda da liberdade de ação, no plano externo e, conseqüentemente, uma atitude que poderia comprometer, sobremaneira, a soberania do país” (Graça 2004, p. 214).

De acordo com Graça (2004), de fato no programa do governo de Cabo Verde, estava explícita a consciência de que a situação internacional se caracterizava por um confronto geopolítico/ geoestratégico que poderia levar a uma guerra generalizada com consequências catastróficas. Como dito anteriormente, dado à posição geográfica do arquipélago de Cabo Verde e a sua tomada de independência no contexto internacional de então, nas palavras de Pereira: “Cabo Verde repentinamente ganhou uma importância estratégica acrescida no quadro de embate Leste-Oeste” (PEREIRA, 2002, p. 271).

O mesmo autor observa que havia um receio tanto da parte dos EUA como da URSS de um possível alinhamento de Cabo Verde. O autor ressalva no texto que havia a forte desconfiança de que o arquipélago poderia ser transformado numa base naval russa, após a independência do país, em virtude das tradicionais relações de amizade e cooperação que o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tinha com Moscou, durante a guerra de libertação nacional (GRAÇA, 2004).

O território cabo-verdiano era referenciado pelas autoridades norte-americanas como espaço de interesse estratégico para os EUA, no quadro do confronto geopolítico com a URSS. Era visto como uma espécie de “reserva estratégica”, num cenário da perda dos Açores, como um dos principais pontos de apoio da estratégia dos EUA, no quadro da contenção do comunismo, tendo em conta o receio da expansão russa em direção à “ponta” ocidental do continente euroasiático, na hipótese de Portugal vir a cair nas mãos dos comunistas (GRAÇA, 2004).

O autor ainda salienta que outro episódio que evidenciava alguma desconfiança do Ocidente em relação ao posicionamento político-ideológico de Cabo Verde foi o dossier África do Sul. Na sequência, o então presidente, Pedro Pires, desenvolveu um esforço grande no sentido de tranquilizar Pretória e o seu aliado Washington, mostrando-lhes que o PAIGC estava disposto a acatar os seus compromissos com aquele país da África Austral e que respeitava os interesses estratégicos dos ocidentais.

Estados Unidos manteve presente esta preocupação com relação a Cabo Verde, pois o território cabo-verdiano era reverenciado por este como espaço de interesses estratégico no quadro de confronto geopolítico com URSS. Neste sentido, Cabo Verde surgiu como uma segunda opção de ponto estratégico numa lista liderada pela Espanha, em caso da perda dos Açores, como um dos principais pontes de apoio da estratégia dos EUA.

Verifica-se que no período estudado Cabo Verde manteve uma posição firme quanto as suas decisões. Contudo, não se pode ignorar que a configuração do sistema político internacional, tenha exercido forte influência nas suas decisões externas.

De igual modo, as autoridades cabo-verdianas souberam fazer uma leitura oportuna do contexto internacional de então, e desse modo, tirar proveito da situação na medida das suas possibilidades, em favor dos interesses nacionais. Ademais, o país buscou orientar e dirigir sua política externa no sentido pragmático, evitando qualquer alinhamento a um dos blocos.

Os dirigentes cabo-verdianos estavam cientes da situação interna e das reais necessidades de captação de recursos que auxiliassem no desenvolvimento econômico e social do país. Desse modo optaram por uma atuação pragmática, conscientes de que os EUA, bem como os países da Europa Ocidental não poderiam ser excluídos desse processo, pelos recursos que apresentavam.

Nesse sentido, o fio condutor por detrás do pensamento estratégico que permeou a política externa do país neste período, foi à busca permanente de meios que auxiliassem no seu desenvolvimento, no intuito de construir um país viável e economicamente sustentável.

### **2.2.1 Programa do Governo para a política externa 2006-2011**

No item anterior analisamos a política externa de Cabo Verde após a independência com o intuito de verificar como os dirigentes conduziram o país e que estratégias permearam suas escolhas.

O Mundo em que nos inserimos confronta-se com dinâmicas e interesses opostos que constituem, simultaneamente, desafios e riscos, para as relações internacionais, por conseguinte, para a política externa de qualquer país. Neste sentido, a análise do programa do governo para a política externa de 2006 a 2011, busca em dados mais recentes verificar se houve ou não mudanças significativas ao longo desse período no modo de conduzir a política externa do país.

Atualmente Cabo Verde é, pela sua situação geográfica, histórica, cultural, econômica e populacional, uma nação aberta ao exterior, com crescente projeção e integração num mundo cada vez mais globalizado marcado pela intensificação das relações de interdependência, oferecendo importantes oportunidades de afirmação pela via da competitividade, inovação e conhecimento, mas marcado também pelo surgimento e recrudescimento de novas ameaças, com realce para o terrorismo fundamentalista, a criminalidade transnacional organizada, bem como para conflitos interestatais que continuam a comprometer a paz e o desenvolvimento (CABO VERDE, 2006).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Programa do Governo para a Política Externa de Cabo Verde.

A população cabo-verdiana toma para si um sentimento nacional independente de viver dentro ou fora do país. Isso se manifesta de várias formas, começando por tomar parte em decisões relativas às questões essenciais de condução da vida da República, quanto na conjugação de esforços para o desenvolvimento ou ainda na projeção da identidade e cultura cabo-verdianas e promoção e defesa dos interesses de Cabo Verde. Esse desígnio nacional tem resultados positivos para o país, uma vez que faz de Cabo Verde uma Nação Global capaz de vencer os desafios colocados no plano externo.

De acordo com o programa do governo para a política externa (CABO VERDE, 2006), a crescente afirmação de Cabo Verde no plano internacional pressupõe uma clara articulação entre a política interna e a política externa de modo a que o interesse nacional possa ser devidamente equacionado, promovido e defendido em tudo quanto seja posicionamento externo do país. Ou seja, para afirmar no plano internacional a política interna e a política externa têm que andar de forma conexas.

É neste contexto, que Cabo Verde vem procurando assegurar a sua atuação internacional. Desse modo, o Programa do Governo para a política externa de 2006 salienta:

Cabo Verde é também uma nação de vocação eminentemente atlântica, o que lhe confere um papel de relevante utilidade geoestratégica que importa ser assumido por inteiro, com a preocupação primeira de manter e consolidar as parcerias existentes, construir novas parcerias de alcance estratégico e erigir alianças seguras e eficazes ao serviço do interesse nacional (CABO VERDE, 2006).

Dito de outra forma, a posição estratégica de Cabo Verde no Atlântico lhe traz problemas de ordem maior, como por exemplo, a Segurança Nacional, ao passo que este diversifica suas parcerias de importância estratégica.

Por este motivo, em face ao mundo globalizado, cheio de oportunidades e ameaças, segundo o Programa do Governo (CABO VERDE, 2006) a política externa do país deverá estar atenta a mudanças a cada momento no que diz respeito às relações internacionais e de poder. Avançar e reorientar as situações que se impõem de acordo com os interesses do Estado e da sociedade no que se refere:

- a) sustentação do processo de desenvolvimento e mobilização de recursos públicos e privados adequados às exigências do desenvolvimento;
- b) reforço da segurança nacional;
- c) proteção e afirmação das comunidades cabo-verdianas no mundo. (CABO VERDE, 2006).

Ainda de acordo com este programa, pode-se afirmar que são vários os elementos que envolvem a atuação da política externa de Cabo Verde. Cabe frisar aqui os que consideramos mais relevantes: a necessidade do reforço contínuo da imagem e credibilidade de Cabo Verde no mundo; a graduação de Cabo Verde para a saída do grupo dos Países Menos Avançados, com os desafios e oportunidades daí decorrentes; a necessidade do estabelecimento de parcerias estratégicas que sirvam de âncora à segurança e ao desenvolvimento do país; a manutenção e o reforço das relações bilaterais com os parceiros tradicionais de desenvolvimento; a defesa da especificidade dos pequenos Estados insulares nas relações internacionais, principalmente nas questões relacionadas com o comércio internacional, o financiamento do desenvolvimento e a proteção ambiental; a afirmação da identidade cabo-verdiana no mundo, mediante uma diplomacia pública participada, nomeadamente cultural, com forte envolvimento da diáspora e da sociedade civil; e, o recurso aos mecanismos de segurança cooperativa para garantir a paz e a estabilidade aos cabo-verdianos, tirando partido pleno do estatuto de nação atlântica que é Cabo Verde. (2006).

Esse conjunto de elementos citados acima mostram a variedade e importância dado aos assuntos tanto interno ao país como externos bem como sua total coordenação dos assuntos, visando coerência, complementaridade e eficiência.

Segundo o Governo de Cabo Verde a sua Política Externa se assenta em três eixos fundamentais:

- a) *Uma Diplomacia ao serviço do desenvolvimento na Era da Globalização.* Ressaltava-se que Cabo Verde deveria incentivar o processo de desenvolvimento sustentado; importa desenvolver uma política de cooperação que leve devidamente em conta a tendência para a redução da ajuda pública ao desenvolvimento e implementar políticas capazes de contrariar os efeitos dessa redução;
- b) *Uma Política Externa de afirmação de Cabo Verde no Mundo.* O governo procura manter uma participação mais ativa e eficaz no plano internacional, com vista a uma melhor promoção e defesa dos seus interesses e à afirmação da sua identidade no mundo envolvendo um maior esforço, no sentido de garantir a concordância prática entre os princípios estruturantes da política externa e a necessidade de defesa intransigente do interesse nacional.
- c) *Afirmação das Comunidades Cabo-verdianas no Exterior.* “As Comunidades Cabo-Verdianas no exterior são parte incontornável da Nação Global que somos.” O governo tem que enquadrar condições para que as comunidades cabo-verdianas se sintam acolhidas e possa de alguma forma participar no processo desenvolvimento económico, político e social do país. (CABO VERDE, 2006).

Estas três linhas de ação iriam garantir assim, sua integração nas diversas dimensões das políticas públicas enquanto atores ou beneficiários. Cabe também, aos poderes públicos apoiá-las efetivamente na projeção da identidade nacional e na promoção dos seus interesses

junto das respectivas sociedades de acolhimento, e certificar que as novas gerações e os descendentes estejam integrados.

Com a adoção em Dezembro de 2004, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, das resoluções A/Res/59/209 e A/Res/59/210, dando início ao processo de saída de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados, abriu-se uma nova etapa de desafios e oportunidades para Cabo Verde, a qual requer inovação, criatividade e ousadia na gestão das suas relações com a comunidade internacional, impondo-se cada vez mais assegurar a boa governação como recurso estratégico (CABO VERDE, 2006, p. 95).

Desta forma, como exposto ao longo deste capítulo podemos constatar que quando a política externa é bem conduzida, seguindo uma linha programática, este contribui de forma positiva para o desenvolvimento, caso contrário, para além de não apresentar efeito progressivo, pode aprofundar o nível de subdesenvolvimento de um país.

Cabo Verde enquanto país saheliano e insular com vulnerabilidades múltiplas e de escassos recursos naturais, deve continuar a apostar na boa governação e na crescente credibilização do Estado e de suas instituições, assumindo a transparência e administrando de forma sustentável os recursos estratégicos para o desenvolvimento. E manter os fatores determinantes para o estabelecimento de parcerias e alianças de que o país precisa, seja para mobilizar recursos para programas de desenvolvimento, seja para garantir a paz, a estabilidade e uma base sólida das instituições do Estado de Direito Democrático.

A Política externa, por sua vez, como meio de organização e presença de Cabo Verde no exterior, para além de defender e promover o interesse nacional nesse contexto permite ao país tomar uma parte ativa na dinâmica das relações internacionais.



### **3 INSERÇÃO DE CABO VERDE NO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: CEDEAO**

Neste capítulo será analisada a atuação de Cabo Verde no espaço de cooperação e integração regional Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que é composta por 15 participantes, quais sejam Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo. Ainda, se tentará associar a importância da política Externa de Cabo Verde na criação da CEDEAO e os movimentos realizados pelo país na consolidação da integração dos países africanos. A partir dessa análise veremos se a integração de Cabo Verde no bloco trouxe melhorias contribuindo assim para o desenvolvimento do país e sua inserção na região.

#### **3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

Após 1870, a Europa faz a divisão da maior parte da África. A colonização direta se dá pela transferência do modelo existente na época, onde a metrópole detinha o poder sobre as colônias, e esta por sua vez se subordinavam à metrópole. No Caso de Cabo Verde a sua metrópole era Portugal.

Portanto, criam-se um quadro regulador que realiza funções econômicas de base. O sistema colonial de então se caracterizava por quatro elementos essenciais. O primeiro deles consiste na implementação de uma administração. O segundo elemento foi o regime fundiário. O terceiro consistiu no domínio do capital mercantil, que baseava no imposto de capacitação, monetarização do dote, e a obrigação de produzir culturas de exportação constituíram meios importantes de generalizar a economia de mercado e desenvolver a produção agrícola na região. E por último o quarto elemento foi à relação privilegiada entre a metrópole e suas colônias que se traduziu no pacto colonial.

Foi na conferência de Berlim de mil novecentos e oitenta e cinco que as potenciais europeias decidiram repartir a África entre si.

Os anos sessenta foi um período do próprio continente (período que grande parte dos países ascendeu à independência). Foi nesse momento que se começou a ganhar consciência tanto por parte de muitos africanos e em particular da sub-região Oeste africana que podiam resolver o problema sócio- econômico e político.

Essas novas nações independentes precisavam se integrar no concerto das nações, uma vez que como colônias eram representadas pelas respectivas metrópoles.

Dado esse contexto, duas ideais básicas estiveram por detrás do processo de integração desses países: Kwame Nkrumah fez a proposta da criação dos Estados Unidos da África em colaboração com Ahmed Sekou Touré, porém, Leopold Senghor defendeu uma estratégia progressiva a partir de círculos concêntricos de integrações sub-regionais que dariam origem à unidade continental. A ideia de Senghor prevaleceu e daí a existência de várias organizações no continente africano em geral e na África do Oeste em particular. Quatro dessas organizações pretenderam criar na região oeste africana, organizações sub-regionais de integração econômica através do estabelecimento por etapas sucessivas: trocas preferenciais, livre comércio, união aduaneira e união econômica. O Tratado da Comunidade Econômica Africana (CEA), de três de junho de mil novecentos e noventa e um, divide a África em cinco regiões, onde deve repousar a integração econômica continental, cujo prosseguimento se realizará por etapas como pretende o plano de Ação e o Ato Final de Lagos de 1980<sup>6</sup>.

Com a independência surgiram inúmeras organizações que visavam à integração tais como: a União Aduaneira da África do Oeste (UDAO) em 9 de Junho de 1959; a União Monetária Oeste Africana (UMOA) em 12 de Maio de 1962, com o seu Banco Central e o seu Banco de Desenvolvimento, da qual a Mauritânia se retirou em 9 de Julho de 1973 e à qual o Mali se juntou em 1 de Junho de 1984; a União Aduaneira dos Estados da África do Oeste (UDEAO) em 3 de Junho de 1996 sucessora da UDAO; a Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO)<sup>4</sup> em 16 de Abril de 1973, dotada de um fundo comunitário de desenvolvimento e de um fundo de solidariedade e desenvolvimento económico, que sucedeu a UDEAO; a União do Rio Mano (MRU), em 3 de Outubro de 1973, inicialmente composta pela Libéria e a Serra Leoa, juntando-se mais tarde a Guiné Conakry em 25 de Outubro de 1980; a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 28 de Maio de 1975, abrangendo os 16 países que a resolução CM/RES.464 (XXVI) do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA) compõe a África Ocidental.

Destas organizações subsistem quatro: a UMOA – hoje transformada em União Económica da África do Oeste, a CEAO, a MRU e a CEDEAO. O Tratado da Comunidade dos Estados da África do Oeste (CEDEAO) revisto em 1993, estipulava que a CEDEAO seria doravante a única comunidade económica da sub-região. Mas em 1994, a União Europeia encorajou a criação da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) em substituição da CEAO.

---

<sup>6</sup> O Ato Final de Lagos de 1980, o Tratado que cria a Comunidade Económica Africana de 1991 (Tratado de Abuja), que entrou em vigor em Maio de 1994. Nos termos do qual os chefes de Estado e de Governo se engajam a estabelecer uma comunidade económica africana antes do ano de 2000.

### 3.2 NASCIMENTO DA COMUNIDADE

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) ou Economic community of West African States (ECOWAS), foi resultado dos esforços da integração iniciada na década de 1960, sendo as etapas para sua constituição muito complexas, devido a rivalidades que existia entre os países francófonos apoiados pela França por um lado, e por outro, pelos países anglófonos apoiados pela Inglaterra.

A ideia inicial da comunidade oeste-africana foi obra do ex-presidente liberiano Willian Tubman no decorrer da conferência de Monróvia em 1964. Na mesma foi assinado um acordo de colaboração entre Costa do Marfim, Guiné Conacri, Libéria, e Serra Leoa que não teve sucesso nesse período.

Em sequência no ano 1968, foi criado um protocolo que estabeleceu à constituição de um grupo africano, com objetivo de estreitar laços entres estes em diversos setores. Todavia, a ausência de Togo, Daomé, Níger, e especialmente da Costa do Marfim que na época negava qualquer tipo de aproximação com Nigéria acabou por malograr essa iniciativa (CEDEAO, 2006). Isso porque se passava por um momento conturbado na região, tendo em conta que alguns desses países como Gana e Togo acabavam de passar por um golpe de Estado, e a Nigéria estava saindo do conflito civil denominado de “Guerra de Biafra<sup>7</sup>.”

Foi com o resultado da Guerra de Biafra que a Nigéria encontrou a saída para convencer seus vizinhos regionais sobre a importância da criação de uma entidade regional comum, isso porque durante o conflito os separatistas ibos receberam apoio de vários países da região.

Nesse sentido, o governo nigeriano com apoio de Togo acolheu a dura tarefa de fomentar a integração Regional, já que tradicionalmente não havia interesse pela integração. Em 1973 os dois países motivaram a conferência de Ministros de Relações Exteriores da região em Lomé (Togo) para discutir os detalhes de uma futura organização supranacional.

---

<sup>7</sup> A Guerra de Biafra ou ainda Guerra Civil Nigeriana um conflito ocorrido no sudoeste do atual território da Nigéria, entre 1967 e 1970, envolvendo este país africano e a república separatista de Biafra. Naquele momento a Nigéria, país recentemente emancipado, lidava com dificuldades com sua herança colonial, que consistia em um território de extrema diversidade étnica, onde ficava difícil acomodar todas as etnias importantes do país no governo. Aliado a isso, a Nigéria começava a demonstrar sua crônica instabilidade política e econômica, além dos primeiros sinais de corrupção estatal, características de toda sua história independente. Esses fatores se encontraram em 1966, quando ocorre uma guerra civil pelo controle do poder central, e que envolveu dois importantes povos nigerianos: os haussas, habitantes do noroeste e os ibos, a sudoeste. Em janeiro de 1966, um grupo de oficiais, na sua maioria da etnia ibo, dão um violento golpe de estado, onde irão assassinar o primeiro-ministro Sir Abubakar Tafawa Balewa, e os governadores da região norte e oeste, Ahmadu Bello e Ladoke Akintola, respectivamente (vale explicar que a Nigéria à época era dividida em apenas três regiões, Leste, Oeste e Norte).

Em 1974, foram promovidas novas conferências uma em Acra (Gana) e outra em Niamey (Níger) que serviram para concluir os últimos detalhes da constituição da futura organização. Por fim, os representantes Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e Mauritânia reunidos em Lagos no dia 28 de Maio de 1975, assinaram o Tratado Constitutivo da CEDEAO. O Tratado entrou em vigor em Julho do mesmo ano, e Cabo Verde aderiu à organização em 1976 e Mauritânia saiu em 2000 (CEDEAO, 2006).

Alguns autores como Badi (1992) explicam que dado à complexidade da região a constituição da CEDEAO foi determinada sobre três ideais fundamentais mencionados aqui:

1. criação de uma frente comum para a luta contra a dominação e opressão de forças externas por meio de cooperação dos países pequenos Estados da região;
2. estabelecimento de uma economia forte e viável com o intuito de erradicar a pobreza e;
3. a impossibilidade do desenvolvimento econômico de forma isolada, devido à pequena dimensão dos mercados locais, e também devido ao não bem sucedido plano de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para África (UNECA) durante a década de 1960 e parte de 1970 (FERNANDES, 2011).

Ademais outras iniciativas explicam a origem do nascimento da CEDEAO. De acordo com Filho (2000), conforme citado por Fernandes (2011) podemos elencar as seguintes iniciativas: (i) o projeto liberiano, que buscava a criar uma zona de livre comércio com a participação de todos os países da zona; (ii) a Conferência Para a Coordenação Industrial, realizada em Bamako, capital do Mali e patrocinada pela UNECA e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica da região; (iii) a Conferência da Niamey, igualmente patrocinada pela UNECA, que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização então atuante nos ex territórios franceses; (iv) a iniciativa nigeriana de cooperação com os países vizinhos, como alternativa de evitar conflitos internos, uma vez que a Nigéria acabava de sair da Guerra de Biafra. Esta iniciativa, apoiada posteriormente pelo governo togolês, propiciou a assinatura do Tratado da criação da CEDEAO em 1975.

No âmbito institucional, a CEDEAO organizou-se da seguinte forma com o intuito de dinamizar o funcionamento dos seus projetos:

- a. O Conselho dos Chefes de Estados e Governos. Encarrega-se da direção e controle geral da Comunidade para a realização de seus objetivos.
- b. Conselho de Ministros. Que assegura o funcionamento e desenvolvimento da comunidade.

- c. Parlamento Comunitário. Representa um Fórum de diálogos e de consulta.
- d. Conselho Econômico e Social. Tem um o papel consultivo e está integrada por representantes de distintas categorias de atividades econômicas e sociais.
- e. Corte de Justiça da Comunidade. Assegura o respeito ao direito e ao princípio da equidade na interpretação do Tratado. Ademais, examina as demandas judiciais dos Estados membros e instituições da CEDEAO assim como as questões relacionadas com não pagamentos de cotas. Os sete juízes da corte são designados pela cúpula dos chefes de Estados e Governos, baseando na lista proposta pelos Estados-membros.
- f. Mecanismo da Prevenção, Gestão e Resolução de conflitos. Inclui a Cúpula, a Secretaria Executiva e um Conselho de Mediação e Segurança dos Estados-membros. Este último revisa as atividades dos órgãos da Comissão de Defesa e Segurança, o Conselho de Sábios, o Centro de Observação Regional e Monitoramento: Grupo de Monitoramento da Paz de CEDEAO (ECOMOG) (CEDEAO, 2011).

Com o propósito de seguir em frente com o desenvolvimento regional os objetivos da CEDEAO são estes: (i) promover a cooperação e a integração em todos os âmbitos da atividade econômica com o fim de elevar o nível de vida dos seus povos, (ii) manter e aumentar a estabilidade econômica, (iii) reforçar as relações entre os Estados-membros e, (iv) contribuir para o desenvolvimento do continente africano. O Tratado de CEDEAO prevê igualmente a harmonização e coordenação de políticas nacionais; a criação de um mercado comum mediante liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecimento de uma tarifa exterior comum e uma política comercial comum, a eliminação dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de uma União Africana (UEMOA, 2006).

O Tratado da CEDEAO calculava a concretização da comunidade num espaço de quinze anos em três etapas. Numa primeira etapa, com uma duração de dois anos, os Estados-membros elaborariam estudos e organizariam as instituições comunitárias. E também seria proibido instituir novos direitos de importações e fortalecer os já existentes. Na segunda etapa, com duração de oito anos, o bloco ocupar-se-ia com a eliminação gradual dos direitos aduaneiros e outros impostos entre os Estados-membros, a livre circulação de pessoas, serviços e capitais. Na terceira fase, que seriam os restantes cinco anos, seria instituída uma Tarifa Externa Comum (TEC) ao comércio intracomunitário, mediante a eliminação das tarifas existentes entre os Estados-membros (FERNANDES, 2007).

No início da sua criação, os objetivos da CEDEAO limitavam-se ao desenvolvimento econômico, mas com o tempo, aspectos como a política, a paz e a segurança se tornaram prioridades para a organização (DE LA VEGA, 2007). Exemplos disso é o encontro dos chefes de Estado e governo que aprovou em 1978, o Protocolo de Não-agressão e, em maio de 1981, o protocolo de Assistência e Defesa Conjunta.

Após 1990 cria o Comitê Permanente sob a liderança nigeriana. Em 1991 inicia-se a revisão do Tratado da CEDEAO com o propósito de por um lado, acelerar a integração econômica, e de outro, abordar questões de ordem política em matéria de paz e segurança regional tendo em conta os problemas políticos e Golpes de Estado. Inaugurava-se o estreitamento dos vínculos entre desenvolvimento socioeconômico, paz e segurança regional.

Em 1990, foi criada a West African States Monitoring Group (ECOMOG) como meio de resolução de conflitos e força de acompanhamento da paz, uma iniciativa que demonstrava a vontade dos chefes de Estado e Governo de resolverem a instabilidade regional (FERNANDES, 2011).

Como era notório o grau de desigualdade de desenvolvimento entre os países da CEDEAO, logo a comunidade veio a criar um Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento, de forma a reduzir os efeitos da integração dos países menos desenvolvidos. Os recursos deste fundo seriam dirigidos para financiar projetos de infraestrutura nos países membros, entre outros tipos de assistência (CNUCED, 2009; UNIÃO AFRICANA, 2011).

Além disso, com vista à adequação das políticas macroeconômicas, com intuito de alcançar um crescimento estável e o desenvolvimento sustentável, foram criados critérios econômicos para cada um dos países membros: o primeiro critério é um déficit orçamentário não maior que 5%; segundo critério, uma taxa de inflação anual de até 10%; e por último, limite de flutuação cambial de até 5% (Filho, 2000). Segundo Fernando (2011), desde a iniciativa de integração econômica da CEDEAO, os avanços tem sido lentos, e com constantes revisões de prazos.

Em 1990, passados mais de quinze anos, desde a criação, a CEDEAO não tinha concretizado seus principais objetivos devido às dificuldades de naturezas diferentes. As mais constantes eram a falta de complementaridade dos sistemas econômicos nos Estados-membros; as divergências entre a Nigéria e Costa do Marfim sobre a liderança da organização; a instabilidade política que se consubstancia nas mudanças sucessivas dos governos e a falta de vontade política dos governos centralizados na soberania nacional.

Para mudar esta realidade os próprios representantes da CEDEAO, reunidos em Cotonou (Benim) em 1993, assinaram o Tratado de Revisão da CEDEAO, que previa uma zona de livre comércio entre os Estados-membros, por meio de eliminação de tarifas internas e de barreiras não tarifárias até 1999. O Tratado determinou a criação de uma TEC com o propósito da criação da união aduaneira e de uma zona monetária comum para o ano 2000. Ainda nesse ato, foram acrescentados mecanismos de controle e de arbitragens como:

Parlamento e o Tribunal de Justiça. Os chefes de Estados presentes renovaram o acordo com a integração e reforçaram a ideia de cooperação para o desenvolvimento regional (DE LA VEGA, 2007; CEDEAO, 2011).

Com o fim de reforçar os recursos financeiros do Fundo através da abertura de capital para os parceiros regionais, na Conferência de Estados e Governos realizado entre 9 e 10 de dezembro de 1999, resolveu-se transformar o Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento numa sociedade Holding regional denominado Banco e Desenvolvimento (BIDC) da CEDEAO, com duas filiais especializadas: Fundo Regional de Desenvolvimento da CEDEAO (FRDC) e o Banco regional De Investimento da CEDEAO (BRIC). Entretanto, com vista a favorecer a concentração das atividades do Grupo BIDC de forma a racionalizar suas despesas operacionais, a conferência de Estados e Governos, de 14 de junho de 2006, decidiu sua reorganização numa estrutura única. Essa estrutura começou a funcionar em 2007, e as reformas estruturais e estratégicas antes mencionadas permitiram o BIDC cumprir com a missão que lhe foi atribuída pela CEDEAO (CEDEAO, 2011).

Em dezembro de 1999, a CEDEAO deu início a um programa de convergência macroeconômica tendo em vista a criação de uma Zona Monetária Única na África Ocidental, com o propósito multilateral de fiscalização das reformas como base. Outra ideia seria de criar uma segunda zona monetária que seria fundida com a UEMOA para formalizar uma única zona monetária. Contudo, a existência de entraves como, por exemplo: atrasos em algumas reformas que se alegavam ser essenciais nos domínios estatísticos, à falta de harmonização, dos sistemas de pagamentos, da liberalização da conta capital e da aplicação efetiva do regime aduaneiro, assim como a ausência Cabo Verde e Libéria na organização, (UEMOA) acabam por dificultar a promoção desses objetivos (FERNANDES, 2011).

Em 2000, uma nova revisão do Tratado foi feita entre outros aspetos, se comprometeu a criação de uma união econômica e aduaneira para 2005 que incluía a livre circulação de mercadorias, o estabelecimento de uma TEC e a harmonização das políticas econômicas e setoriais. Mas o ponto principal era a criação de uma união monetária prevista para 2010, com a adoção de políticas comuns, a supressão total de obstáculos sobre circulação de pessoa, bens e serviços, e a harmonização de políticas monetárias, financeiras e fiscais, com vista ao estabelecimento de uma moeda única na África Ocidental ate 2015 (FERNANDES, 2011).

Desde janeiro de 2000, a CEDEAO se convertia numa zona de livre comércio, muito embora o processo de liberalização de comércio não fosse altamente efetivo na prática porque foram muitas as resistências de alguns países-membros na hora de aplicar o plano de eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias (CEDEAO, 2006). Na sequência da cúpula dos

Chefes de Estados e Governo de Niamey, ocorrido no dia 16 de Janeiro de 2006, foi realizada outra revisão do Tratado. O Protocolo da revisão do Tratado foi orientado para a transformação do Secretariado Executivo da CEDEAO numa Comissão de nove membros. Revisões essas, que incluíam a adoção de um novo regime jurídico dos atos, que mais tarde trouxeram a dimensão da supranacionalidade que faltava ao processo de integração na região (FERNANDES, 2011).

Após os anos 2000, a CEDEAO tem adotado um código aduaneiro comunitário, tendo acordado harmonizar o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e realizado um estudo sobre a criação de um fundo de solidariedade que promova o desenvolvimento equilibrado do sistema comunitário. No que tange à livre circulação de pessoas, CEDEAO é uma das regiões africanas que mais tem avançado com respeito à liberdade de movimentos de pessoas, num espaço sociocultural que se caracteriza por uma mobilidade transnacional que aparece como algo natural (CEDEAO, 2006).

### **3.2.1 Aspetos Étnicos**

A população dessa comunidade, incluindo a Mauritânia, é estimada em 224.19 milhões, ou seja, 28% da população de África. Esta população aumentou ao ritmo de 2,7% ao ano, entre 1995 e 2000. Em 2008 a população estima-se em 289,9 milhões de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento.

É importante relevar que a região recebeu influência de três sistemas coloniais: inglês, francês e português. Os dois sistemas (anglófono e francófono) marcaram ou marcam ainda fortemente as dinâmicas sociais e culturais das ex-colônias. Neste sentido a região caracteriza-se por uma excepcional diversidade, cultural, religiosa, e linguística.

Histórica e etnicamente, a região é constituída por povos de diversos lugares, por povos de raça branca, como sejam, os mouros e tuaregues, basicamente habitantes do deserto, criadores de camelos e de carneiros, que se implantaram na Mauritânia, Norte do Mali e no Níger.

Encontramos populações mestiças, caso dos peules que teriam vindo do Nordeste no decurso do primeiro milénio da era Cristã e seus primos os tucolores e saracolés. A população negra é representada principalmente pelos grupos mandinga, songai, voltaico, sudano-guineense e vários outros. Todo esse conjunto subdivide-se em algumas centenas de grupos etno-linguístico, com grandes diferenças entre si, mas estabelecidos a maior parte das vezes sobre fronteiras de dois ou mais Estados membros, isto porque várias fronteiras



estabelecidas no período colonial foram outrora determinadas ilegalmente sem respeito pelas razões, históricas, étnicas, geográficas ou, até, econômicas, por interesse dos próprios colonizadores (GOMES, 2009).

Dentro a região, a Libéria que mais cedo ascendeu à independência (1847), porém, os outros só tornaram independentes entre 1957 e 1975: catorze deles tornaram-se independentes, através de uma difícil luta política, enquanto que a Guiné-Bissau só foi possível através de uma luta armada. Esta luta na Guiné-Bissau tinha também como objetivo a independência de Cabo Verde, prova disso é que o dirigente dessa luta de libertação foi Amílcar Cabral filho de pais guineense e cabo-verdiano.

### **3.2.2 A participação dos Estados Membros**

Desde a criação da CEDEAO, a Comunidade deparou-se com grandes problemas, no que diz respeito à participação ineficiente dos Estados membros.

Como citado por Joaquim Gomes (2009), o funcionamento das instituições de uma comunidade será apenas reflexo da vontade e consciência da pertença a ela, dos seus membros. Se medirmos os dois componentes tendo em vista a participação dos membros nas atividades da CEDEAO, pelo nível de representação nas suas reuniões, e pelo pagamento das contribuições necessárias ao seu funcionamento chega-se a conclusão que essa vontade e consciência se situam a níveis bem baixos.

Segundos os dados de Setembro 2000 conforme a tabela 1, os atrasos nas contribuições financeiras dos países membros, ultrapassam a soma de 35,2 milhões de dólares repartidos pelos seguintes países (Secretario Executivo da CEDEAO, 2000). O quadro a seguir mostra o período de atraso nas contribuições e valor correspondente ao ano de (2000).

Conforme os dados de 2000 do Secretariado Executivo da CEDEAO, os únicos países que saldaram as dívidas até aquela data foram Mali, Togo, Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim e Nigéria. No entanto, salienta-se que Senegal e Gana vêm se esforçando para que estes diminuam suas dívidas.

**Tabela 1** - Período da não quitação da contribuição anual (EM 2000)

Países	Período da não quitação da contribuição anual	Valor em milhões de dólares
Benin	*	
Burkina Faso	*	
Cabo Verde	10	2,5
Costa de Marfim	*	
Gambia	11	2,9
Gana	2	1,97
Guiné Bissau	10	2,8
Guine Conakry	5	2,06
Libéria	20	11,5
Mali	*	
Níger	6	2,1
Nigéria	*	
Senegal	3	1,29
Serra Leoa	11	3,7
Togo	2	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEDEAO.

\*Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Nigéria, são os únicos países que estão em dia com suas contribuições financeiras para o Secretário Executivo.

No caso de Cabo Verde, existe uma decisão A/DEC/10/01/03 relativa à entrada em vigor do regime da taxa comunitária, o que implica o depósito direto dos montantes cobrados, na conta da CEDEAO, aberta junto do Banco Central (BCV), pelo serviço das alfândegas, onde pode honrar os seus compromissos com a Comunidade. Neste caso os montantes cobrados, a partir de 01 de Julho de 2003 e enviados ao Tesouro, devem ser transferidos para a conta da CEDEAO, junto do Banco Central.

Nesse sentido, medidas como esta se reveste de grande relevância para a Comunidade e ligam os países membros a organização. Pode também contribuir para uma maior participação ativa dos membros e um futuro muito mais promissor.

### 3.3 A INTEGRAÇÃO DE CABO VERDE NA COMUNIDADE

Cabo Verde que é membro da União Africana tem por região natural e primeira de integração, o Oeste Africano. Assim, em 1977, dois anos após a sua independência e a criação da organização sub-regional, Cabo Verde aderiu ao Tratado de Abuja, que fundou a CEDEAO. Dessa forma, após um período mais voltado para dentro, tendo como objetivos a construção do Estado e o desenvolvimento nacional começaram a dar mais atenção a sua integração na região. Essa preocupação com a integração em particular, a partir de 2006, coincidiu com a transformação do então Secretariado Executivo na Comissão da CEDEAO com uma afirmada e crescente participação nas atividades políticas e institucionais e nos programas de desenvolvimento da CEDEAO.

Neste contexto, Cabo Verde tem participado ou até mesmo servido de palco nos vários eventos que marcaram a trajetória da comunidade e ainda tem aderido a vários protocolos adicionais que regem a vida da CEDEAO. Cabe aqui destacar os eventos regionais com destaque para os encontros da CEDEAO e CEDEAO- Brasil, realizadas na ilha do Sal, em julho de 2010, acolheu a sede do Instituto da África do Oeste para a Integração Regional (IAO), assim como a sede do Centro de Energias Renováveis e da Eficiência energética (CEREE) da CEDEAO e foi palco da Conferencia da CEDEAO sobre o Narcotráfico como ameaça para a segurança da região a qual adoptou a Declaração e o Plano de Ação da Praia, em Outubro de 2008. Ademais, o país beneficia dos programas de desenvolvimento setoriais financiados pela Comissão da CEDEAO e pelo Banco de investimento e de Desenvolvimento (BIDC) da CEDEAO. Enfim, foram efetuadas nomeações de cabo-verdianos para as posições de Vice-Presidente do Tribunal, de Vice-presidente do Parlamento e de Vice-presidente do Comitê de Auditoria da CEDEAO.

É nesse sentido que Cabo Verde tem procurado assumir uma postura de país solidário e útil na mediação dos conflitos na África Ocidental, mas sim claro defendendo em cada momento, a negociação e o diálogo como forma pacífica, e mostrando-se contra o espectro de guerra por via de intervenções militares. Por exemplo, foi essa postura que Cabo Verde adotou no dossier da Guiné Bissau incluindo a organização na cidade da Praia em uma Mesa Redonda sobre a Reforma do Sector da Segurança (RSS) na Guiné Bissau em Abril de 2009 e, mais recentemente, no da Côte d'Ivoire, no quadro da mediação sob o apoio da CEDEAO.

No que tange à participação na CEDEAO, Cabo Verde tem defendido um maior tratamento no que diz respeito a determinadas matérias. São vários os domínios onde essa diferenciação deverá exprimir-se, tais como: os da moeda, das tarifas aduaneiras, da

mobilidade, apoiando no artigo 68 do Tratado de Abuja que prevê essa possibilidade. Segundo o artigo: “tendo em conta as dificuldades econômicas e sociais que podem enfrentar certos Estados membros, em particular os Estados insulares e encravados, concordam atribuir a estes Estados, se necessário, um tratamento especial, no que respeita à imposição de determinadas provisões do Tratado, assim como qualquer outra assistência necessária” (ROCHA, 2011), aspectos que demonstram a forte participação da política externa do país na consolidação da CEDEAO.

Partindo do pressuposto que as regiões da África Ocidental apresentam diferentes estágios de desenvolvimento, logo a integração não seria um processo isolado, mas sim um conjunto de estratégias de reestruturação econômica e política e ainda como minimizador dos conflitos militares na região. Além disso, a integração permite alavancar o processo industrial com instalações voltadas ao setor primário. Entretanto estes setores apresentam baixa complexidade, e, portanto menor demanda por investimentos. Nesse contexto, são importantes a ampliação do mercado consumidor e a diversificação da estrutura produtiva (ESTEVES, 2008).

Uma das críticas que é colocada sobre os países em desenvolvimento e, nomeadamente os países africanos é a ausência de democratização. É neste sentido que a integração pode surgir como meio ao processo de democratização do sistema político. Em outras palavras a integração em conjunto com instituições sólidas e de credibilidade iria auxiliar na criação de uma consciência política e social na sociedade. Desse modo essa consciência política iria ser fundamental na minimização dos conflitos étnicos característicos nas políticas africanas (ESTEVES, 2008).

Em síntese, segundo Esteves (2008) a integração possibilita o estabelecimento de objetivos comuns entre Estados, considerando tanto as pressões nacionais quanto internacionais sobre eles. Permite a constituição de normas e estruturas por meio das quais os acordos podem ser realizados. Ao mesmo tempo, a criação de consenso entre os atores sobre os comportamentos aceitáveis a serem compartilhados por todos promove maior intercâmbio de informações.

Assim sendo, para além da sua insularidade única no contexto da África do Oeste, Cabo Verde é também o país de menor dimensão física e demográfica na região. Com uma economia virada na sua maioria para os serviços enquanto que a dos restantes países é essencialmente exportadora de matérias primas. A disparidade económica e de desenvolvimento humano é também grande entre os 15 países da Organização.

Nesse contexto vale ressaltar que a circulação de pessoas, a necessidade de algumas cláusulas de salvaguarda na construção da união aduaneira e do mercado comum e de uma moeda única, ou de uma negociação de um regime comercial de acordo e parceria econômica (APE) entre a região e a União Europeia são alguns pontos a atender em função das especificidades do arquipélago de Cabo Verde.

Segundo Rocha (2011) a integração regional na África do oeste é uma dimensão estruturante da política externa de Cabo Verde, e importante nessa base. Pela via do acesso a esse vasto mercado, visando a exportação de serviços e de mercadorias produzidas localmente ou a partir de atividades de transbordo e, tendo como pressuposto a valorização da posição geoestratégica de Cabo Verde no Atlântico médio, à proximidade da costa ocidental africana.

A integração regional abre também a perspectiva para a integração de Cabo Verde com os demais arquipélagos da Macaronésia (que é composto por Açores, Canárias e Madeira), com os quais o primeiro partilha vantagens de proximidade, mas também características biogeográficas e constrangimentos econômicos comuns. Nessa base, por iniciativa de Cabo Verde foi instituída um encontro, cuja primeira reunião teve lugar na cidade de Mindelo em Cabo Verde no dia 12 de Dezembro de 2010, como espaço autónomo de integração e de cooperação desse espaço com a sua proximidade geográfica imediata, nomeadamente a União europeia e a CEDEAO (ROCHA, 2011).

De relembrar ainda que a integração regional de Cabo Verde nesses dois espaços, CEDEAO e as Regiões Ultra periféricas europeias no espaço da Macaronésia, é não só encorajada pela Parceria especial existente entre Cabo Verde e União Europeia, como constitui um dos pilares desta última. Parceria e integração regional longe de se constituírem em contradição se reforçam mutuamente.

Em suma, seria importante reconhecer ainda que a política externa de Cabo Verde, evidentemente, não se esgota na integração regional. A política externa tende a atribuir a Cabo Verde domínios múltiplos e a construir, com esse objetivo, parcerias estratégicas multilaterais ou bilaterais que representem valor acrescentado para o arquipélago, nos domínios da paz, segurança e desenvolvimento.

## 4 CABO VERDE NA CEDEAO

Assim como foi visto no terceiro capítulo, são várias as razões que levam um país a integrar-se num determinado bloco regional. No caso de Cabo Verde, objeto de estudo do trabalho, as suas características peculiares torna-se importante para compreender qual a natureza efetiva da sua inserção na CEDEAO, tentando ver quais foram as reais motivações, desta integração e a importância da política externa neste sentido. Neste capítulo pretende-se demonstrar até que ponto, a Integração Regional constitui um processo com contornos estratégicos, ilustrando com o caso da inserção de Cabo Verde na CEDEAO, tentando perceber a natureza efetiva e utilidade do país pertencer a sub-região. Neste contexto será analisado o percurso das exportações, a balança comercial, documentos assinados e os ganhos e as desvantagens da adesão de Cabo Verde a CEDEAO.

### 4.1 O PROCESSO DE ADESÃO DE CABO VERDE CEDEAO

A CEDEAO foi fundada em Lagos, a 28 de Maio de 1975, antes de Cabo Verde tornar um país independente, sendo que foi proclamada a 5 de Julho de 1975, isto é: 38 dias depois da criação da CEDEAO.

Os países sobre a dominação colonial tinham o benefício do Estatuto de membros observadores em várias organizações internacionais antes de serem independentes. Neste sentido os movimentos e libertação que representava o povo na luta pela independência tinha assento nesses organismos. Cabo Verde depois da obtenção do Estatuto de Estado independente ingressou com pleno direito nas organizações multilaterais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a UA, entre outras relevantes como a CEDEAO que o que nos interessa no presente trabalho. O país assinou o Tratado constitutivo da CEDEAO em 1977, o Parlamento cabo-verdiano ratificou o documento quatro anos após a sua subscrição, criando assim todas as condições para a plena adesão do país à Comunidade.

O reforço do processo de integração regional e o desenvolvimento de relações de boa vizinhança com as principais potências mundiais através de uma participação atuante nas instituições políticas multilaterais (ONU, UE, UA, CEDEAO, CPLP, Francofonia etc.) afigura-se como uma das linhas de força da política externa do arquipélago. Com o seguimento dessas relações de boa vizinhança a ação externa do país tem atribuído especial atenção ao continente africano, europeu, americano e asiático, cujas relações político-diplomáticas têm sido particularmente intensas desde os primórdios da independência de

Cabo Verde. Observa-se que a política externa de Cabo Verde voltado para a promoção do país nestas organizações internacionais tem lhe promovido uma maior inserção global e ainda o reforço a credibilidade frente aos organismos financeiros pois atrai investimento externo.

De acordo com Pina (2010), “[...] o documento ratificado apenas foi depositado em 1984, e, a partir dessa altura, o nosso país passou a ser membro de pleno direito, pelo menos do ponto de vista formal, da CEDEAO (Pina, 2010)”. Ainda o mesmo autor ressalva a importância do artigo 68 da carta de Abuja que prevê um tratamento especial e diferenciado aos Estados Insulares. Segundo o artigo:

Tendo em conta as dificuldades económicas que os Estados-Membros sem litoral e insulares, concorda em fornecer, se necessário, a esses um tratamento especial para a aplicação de determinadas disposições do presente Tratado e para fornecer qualquer outro assistência necessária.

#### **4.1.2 Motivos da Adesão de Cabo Verde na CEDEAO**

A permanência de Cabo Verde na CEDEAO tem sido alvo de acaloradas discussões por parte dos dirigentes políticos e também da opinião pública cabo-verdiana. No que diz respeito às razões que estiveram por detrás da adesão de Cabo Verde à comunidade, Pina (2010) salienta que foram levados em consideração aspetos políticos, geopolíticos, e de identidade africana. Assim não se pode falar da integração de Cabo Verde na CEDEAO sem antes mencionar aos propósitos da criação da OUA<sup>8</sup>, tendo como objetivo o projeto político da construção da unidade do continente, pois foi na decorrência da implementação desse projeto que surgiu a criação da comunidade (CEDEAO), da qual Cabo Verde faz parte. Desse modo, se percebe que a motivação de ordem maior é estabelecer a cooperação econômica entre os países para dar resposta à integração regional. Sendo assim, as motivações por detrás da adesão de Cabo Verde a CEDEAO não podiam ser diferentes de aqueles que perseguem a própria organização de que faz parte, do qual a concordância é a condição mínima. Além do intuito de proporcionar a cooperação e integração regional, a CEDEAO teve uma motivação mais de caráter política do que econômica, mais unidade africana do que integração de mercados, mais solidariedade do que competição com outros espaços econômicos propriamente ditos. Em outras palavras a realidade nos tem mostrado que foi no plano político que a CEDEAO se tem atuado, deixando de lado, os objetivos de integração de mercados.

---

<sup>8</sup> A 25 de Maio de 1963 pela carta de Adis Abeba, que cedeu lugar à UA, mediante ato constitutivo assinado em Lomé, a 11 Julho de 2000.

Neste sentido observa-se que a política externa constitui um domínio de capital importância para Cabo Verde, e teve um papel determinante para o desenvolvimento de parcerias e de uma maior inserção do país no plano sub-regional.

Não é difícil concluir que muito pouco foi feito pelos Estados membros, no que diz respeito às políticas públicas de forma a materializar os grandes objetivos do espaço econômico então criadas pela comunidade. No caso de Cabo Verde, nas primeiras décadas após a sua adesão os principais instrumentos de política tais como o Programa de Governo e o Plano Nacional de Desenvolvimento não revelavam grandes formulações em termos de políticas comerciais e econômicas. Somente no programa do Governo de 1986-1990 se verificou a intenção do Governo no âmbito da política externa um parágrafo que dá conta do referido assunto “continuar a participar ativamente no esforço de integração e construção da unidade africana, designadamente, através duma ação dinâmica no seio da OUA, da CEDEAO e do Comité Permanente Interestados de luta contra a Seca no Sahel (CILSS)” (PINA, 2010, p. 57).

No mesmo documento ainda se destaca no âmbito da política do comércio externo “o estímulo da cooperação regional, nomeadamente no quadro da CEDEAO e das relações com os 5 países africanos de língua oficial portuguesa”, conduziria eventualmente ao incremento da atividade comercial (PINA, 2010).

Segundo indica Cabral e Furtado (2008), para além da Comissão Nacional para as questões da CEDEAO, órgão que foi criado em Março de 1979, com a competência para acompanhar as questões que vinculam a integração, após ter assinado o Tratado de adesão, Cabo Verde nunca tinha criado um cargo governamental que se encarregasse das questões da comunidade, que fosse responsável pela coerência das políticas de integração, e que pudesse ajudar na condução do desenvolvimento, visando uma plena integração económica do país.

Em Junho de 1991, se decidiu nomear o Ministro de Economia e dos Transportes e Comunicações e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, para os cargos respectivamente de Presidente e Vice-presidente da Comissão Nacional para as Questões da CEDEAO que revela ser um dos passos mais importantes do país nesse sentido.

Com esse gesto, Cabo Verde quis dar o sinal da importância da CEDEAO, em matéria de integração económica, deixando assim de ser um assunto meramente de política externa, para passar a estar presente na agenda económica do país. Entretanto, é no programa de governo de 1996-2001 que o país assume de forma clara a CEDEAO como sendo uma prioridade da sua política “a prioridade da política externa é a integração regional da sub-região Oeste Africana”. Dessa forma se reforça a ideia mais adiante que “Cabo Verde estará



muito mais ativo na organização de vocação regional em particular a CEDEAO e o CILLS numa perspectiva de dinamização e reforço de sua capacidade de intervenção” (PINA, 2010, p. 58).

Portanto, o que se pode dizer das ressalvas feitas até agora que as motivações iniciais da adesão de Cabo Verde constituem propósitos políticos, onde a política externa do país tem-se construído com a visão de um mundo cada vez mais global. Nesse sentido que os Governos cabo-verdianos têm dirigido uma política externa baseado nos meios diplomáticos do país e no desenvolvimento de parcerias na região.

#### **4.1.3 Documentos Assinados**

Com a adesão de Cabo Verde na CEDEAO, seguiu-se um conjunto de medidas para alcançar a integração económica e política, sendo que no âmbito institucional, nas décadas de 1980 e 1990, uma série de ações visando integrar na ordem interna diversas resoluções e protocolos adicionais provenientes das instancias da CEDEAO, nomeadamente:

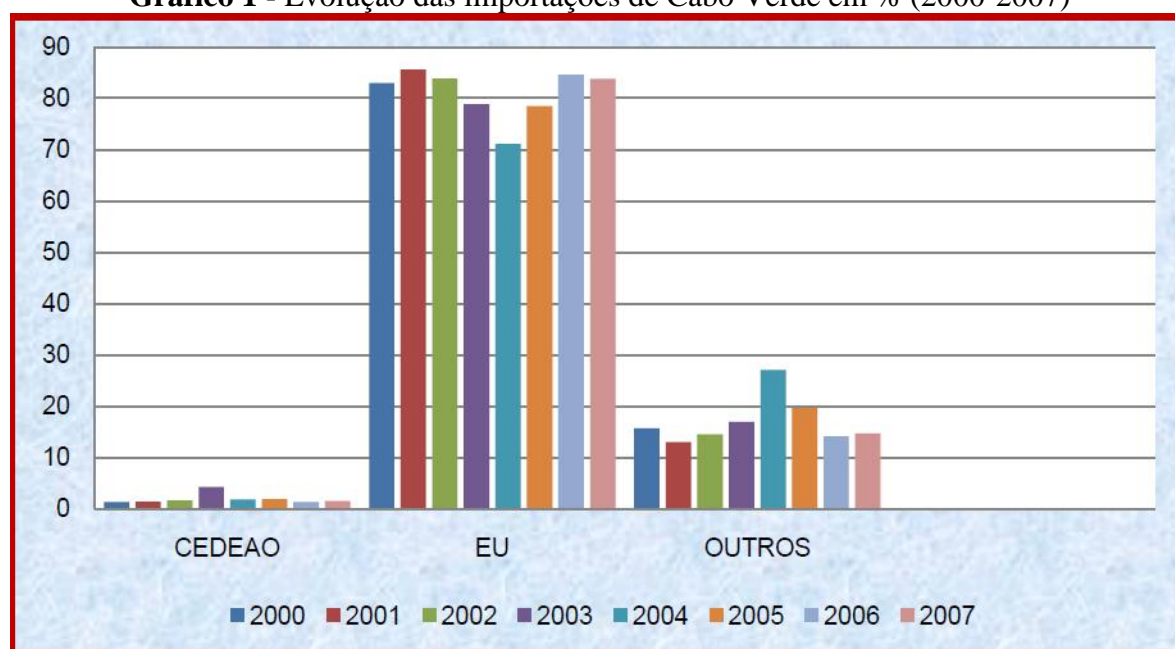
- O que ratifica o Protocolo sobre a Livre circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento da CEDEAO, assinado em Dakar, em Maio de 1979;
- O que ratifica o Protocolo adicional relativo à emenda do artigo 4º do Tratado da CEDEAO;
- O que ratifica o Protocolo relativo ao Código de Cidadania da CEDEAO, 1985;
- O que ratifica o protocolo adicional relativo à modificação dos artigos 4º e 9º do tratado da CEDEAO respeitantes às instituições da comunidade e às comissões técnicas especializadas;
- O que ratifica o Protocolo adicional relativo à modificação do artigo do Tratado da CEDEAO sobre o Orçamento da Comunidade;
- O que ratifica o Protocolo adicional, modificando as disposições do artigo 7º do Protocolo 1/79 sobre a circulação de pessoas, direito de residência e de estabelecimento da CEDEAO 1991;
- O que ratifica o Protocolo adicional relativo ao código de conduta para aplicação do protocolo sobre a livre circulação de pessoas e o direito de residência e de estabelecimento da CEDEAO 1991;
- O que ratifica o Protocolo adicional relativo à terceira etapa (Direito de Estabelecimento) do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas da CEDEAO 1991;
- O que aprova, para efeitos de ratificação, o Tratado Revisto da CEDEAO 1995;

- O que cria a Embaixada da República de CV junto da CEDEAO 1999;
- O que aprova, para ratificação, o Protocolo relativo ao Parlamento da CEDEAO, 4 de Fevereiro de 2002;
- O que aprova para ratificação, o Protocolo relativo ao Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC, 2005, p. 59).

Pode-se observar pela quantidade de documentos assinados a evolução das relações externas do país em relação à CEDEAO e a preocupação permanente dos órgãos governamentais em avançar nas negociações com a sub-região com o intuito de reforçar as relações diplomáticas, econômicas, comerciais, e políticas. Nesse caso Cabo Verde vem mostrando grande interesse e uma real vontade política em efetivar o processo de integração na região consolidando assim os objetivos políticos relativamente importantes como a de contribuir para a coesão política, a paz e a segurança regional. A intensificação dessas relações assume grande importância em particular no ideário da política externa onde o arquipélago é signatário de vários tratados, convenções e instrumentos jurídicos internacionais, bilaterais e multilaterais, com organizações da sua sub-região, o que lhe confere uma responsabilidade acrescida no contexto político africano.

#### 4.2 A PARTICIPAÇÃO DA CEDEAO NO COMÉRCIO EXTERNO DE CABO VERDE

Segundo o Banco de Cabo Verde a diminuição da taxa de crescimento do PIB do país em 2008, se explica pelo contexto de forte desaceleração da atividade econômica mundial e da forte conexão da economia cabo-verdiana, particularmente, com a economia da zona euro. Neste sentido se verifica que as transações comerciais interafricanas tem pouca expressão, o que demonstra o fraco nível de integração regional, fator de grande importância para o desenvolvimento das economias da região, que nomeadamente são de base agrícolas (algodão, cacau, café), minérios e petróleo, e o setor dos serviços que está voltado para o exterior. As trocas comerciais na sub-região, por sua vez, refletem em certa medida o estado de desenvolvimento das economias dos países membros, caracterizadas de pouco diversificadas e pouco complementares. O comércio entre o continente e as ilhas é, por conseguinte, marginal. As transações comerciais com os países da sub-região segundo Cabral e Furtado (2008), chega a refletir a fatia de África no comércio mundial, (como pode ser observado nos gráficos 1 e 2 abaixo).

**Gráfico 1 - Evolução das importações de Cabo Verde em % (2000-2007)**

Fonte: DGA, 2010

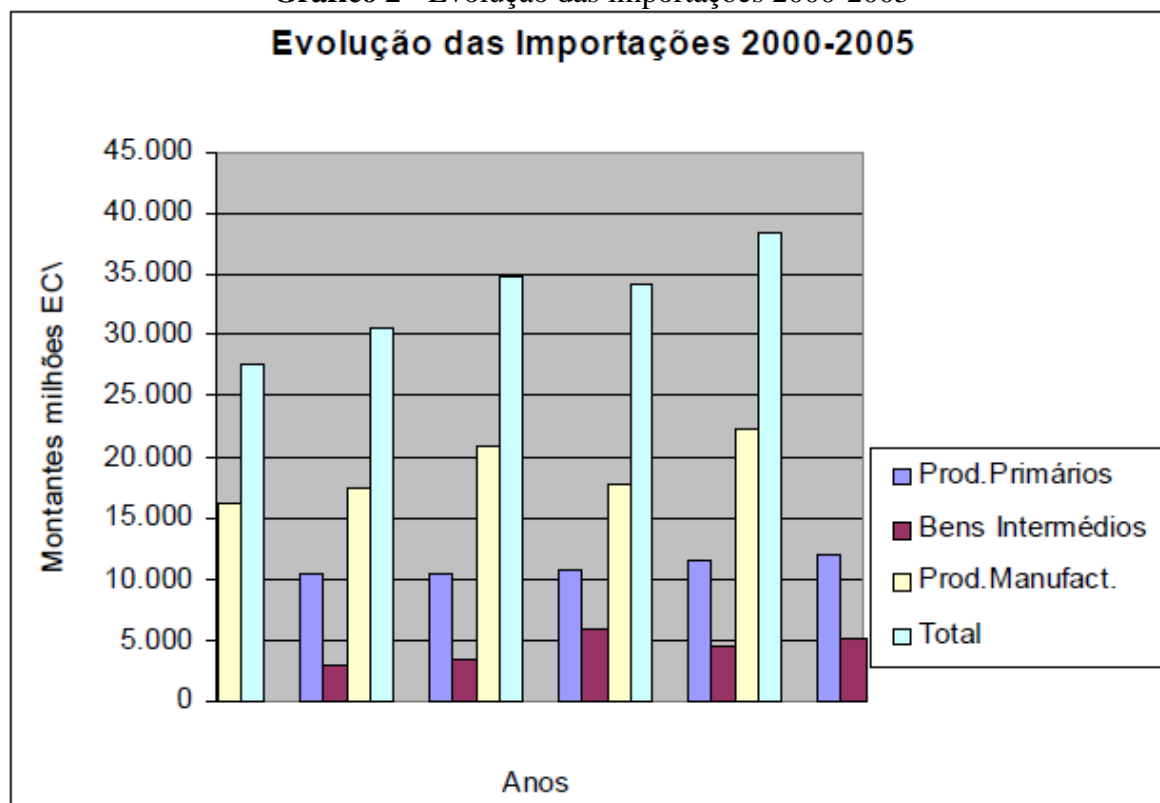
As importações e exportações de Cabo Verde com a sub-região limitam-se a muito poucos itens da pauta de comércio exterior. Neste sentido, o país encontra-se sobre dois problemas que acabam por minar as trocas comerciais com a região, por um lado o país não encontra nesses mercados, os principais produtos de que precisa, por outro, as questões burocráticas para a exportação de produtos são complexos, e dependem dos meios de transportes que são irregulares. De acordo com Cabral e Furtado (2008), é mais fácil exportar para os EUA ou Europa.

Como se pode ver no gráfico abaixo, analisando o histórico das transações comerciais com a sub-região, o ponto mais alto se verificou em 2003, em que o país importou da sub-região 4,2% do total das suas importações. E no ano 2007, as importações dos países da sub-região representaram apenas 1,45% do total das importações totais do país. Em análise das importações de Cabo Verde por região permite constatar que a União Europeia (EU) absorve a maior parte dos produtos cabo-verdianos.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), os produtos mais importados da Sub-região são na maioria, produtos do reino vegetal, como por exemplo, vários tipos de óleos, produtos minerais, madeiras, carvão vegetal e obras de madeira, calçados, máquinas, acessórios para veículos e automóveis, aparelhos de gravação, etc. Os produtos mais exportados para a região são na sua maioria, produtos das indústrias alimentares, bebidas alcoólicas e vinagre, tabaco e seus sucedâneos manufacturados. Animais vivos e produtos do

reino animal. Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas, matérias textéis e suas obras, produtos minerais (cascalhos, pedras britadas, etc.) (PINA, 2010, p. 55).

**Gráfico 2 - Evolução das importações 2000-2005**



FONTE: DGA, 2010

Analisando os dados do gráfico no período 2000-2005 ressalta um crescimento dos produtos manufaturados em relação aos bens primários e os intermediários.

No que respeita à origem das importações fica demonstrada a preferência comercial sobre os países europeus, nomeadamente Portugal, Holanda e Espanha que detêm a maior fatia – 68,7%, de entre as importações da União Europeia as quais cobrem 78,6% do total.

As importações provenientes do Resto do Mundo significam, por sua vez, 21,4% das importações, contribuindo os países do espaço CEDEAO, somente com 1,9%. Tais valores poder-se-ão visualizar na tabela 2 a seguir:

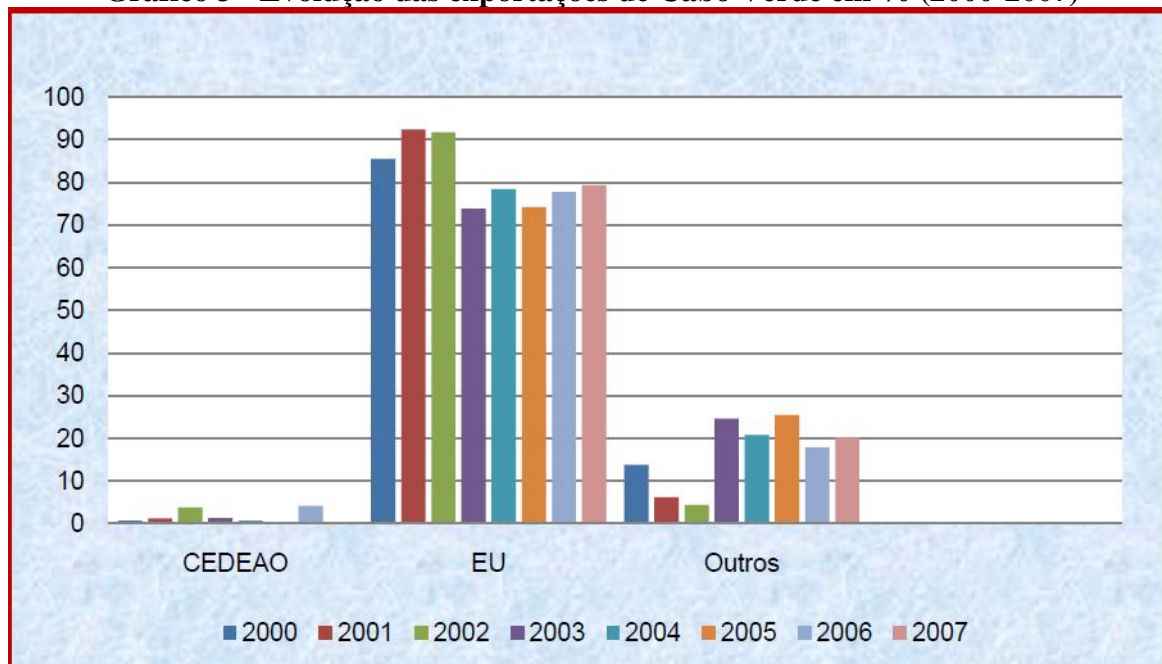
**Tabela 2 - As principais importações de Cabo Verde**

<b>PAÍSES</b>	<b>Valor das mercadorias (ECV)</b>	<b>%</b>
<b>União Europeia</b>	<b>30 603 724 266</b>	<b>78,6</b>
Portugal	17 717 902 813	45,5
Holanda	6 095 464 194	15,6
Espanha	2 953 702 341	7,6
<b>Resto do Mundo</b>	<b>8 319 309 192</b>	<b>21,4</b>
<b>Países CEDEAO</b>	<b>758 365 146</b>	<b>1,9</b>
<b>TOTAL -</b>	<b>38 923 033 458</b>	

Fonte: Direção Geral das Alfândegas (DGA), 2010

\*Total de 38 923 033 458 ECV equivale a US\$4.614.352,63

No que tange às exportações para a CEDEAO pode-se dizer que são quase nulas, menos de 1% nos últimos anos e a tendência é de certo abrandamento. Analisando a evolução desde 1990, quanto ao volume das exportações dá para ver que o registro mais significativo se deu em 2006, como se pode ver no gráfico 3 a seguir:

**Gráfico 3 - Evolução das exportações de Cabo Verde em % (2000-2007)**

Fonte: DGA, 2010

Para além do fluxo de comércio com parceiros habituais de trocas, como é o caso de Portugal, Espanha, Holanda e França, as exportações cabo-verdianas encontram mercado em alguns países de África, como é o caso de Marrocos, Guiné-Bissau, Gambia e Moçambique. As mercadorias mais exportadas em valor são, basicamente, de dois tipos: resultado da indústria conserveira, de confecções, calçados, bebidas brancas e peles, e associadas a recursos naturais piscícolas, como é o caso do peixe e da lagosta.

No que se refere aos principais parceiros comerciais de Cabo Verde na sub-região são Costa do Marfim e Senegal que apresentaram dados positivos e crescentes nas importações.

Cabe ressaltar que a África continua a ser uma Zona Económica de reduzida proporção das importações cabo-verdianas e o parceiro, que menos peso representa no seu comércio externo, com apenas 2,5% e 2,7%, em 2007 e 2008 respectivamente, do total das importações do país. A parcela mais importante das trocas comerciais foram com o Marrocos, Senegal e Costa do Marfim com 60,0% do total das aquisições provenientes dessa zona, em 2008, como ilustra a tabela 3 a seguir.

**Tabela 3** - Importação por Zonas Econômicas e Principais Países de Origem: 2007 e 2008  
(unidade mil contos)

Anos	2007		2008	
	Valor	%	Valor	%
<b>*ZePP</b>				
<b>África</b>	1505	2.5	1672	2.7
<b>Guine Equat.</b>	431	0.7	106	0.2
<b>África do Sul</b>	183	0.3	155	0.2
<b>Costa Marfim</b>	293	0.5	284	0.5
<b>Senegal</b>	270	0.4	356	0.6
<b>Marrocos</b>	146	0.2	363	0.6
<b>Outros</b>	182	0.3	408	0.7

Fonte: INE, 2010

Para Cabral e Furtado (2008), as exportações de Cabo Verde para a região continuam sendo um problema adverso, pois, os produtos industriais mesmo que montados nas indústrias são pouco competitivas dado aos elevados custos de produção (energia e água devido à subida do preço do petróleo, mão de obra mais assalariada, e uma indecisão no que tange a uma vocação exportadora). Segundo os mesmo autores vale acreditar que o volume das transações informais com a sub-região seja significativo. E ainda reforça a ideia de que a economia informal é um motor importante da sub-região, a movimentação dos chamados “*rabidantes*”<sup>9</sup> cabo-verdianos na sub-região para a venda de seus produtos é muito significativa. São na maioria mulheres e elas possuem uma grande importância para a econômica local. Vale ressaltar que a inserção nessa atividade está ligada a diversos fatores, como os altos índices de desigualdade social, a baixa escolaridade e a não qualificação para o trabalho formal, especialmente entre as mulheres. As “*rabidantes*” têm um poder fundamental na sociedade cabo-verdiana, especialmente pela comercialização de produtos que acabam por resolverem em grande parte as necessidades da população.

Dessa forma pode-se dizer que “o comércio informal por elas desenvolvido tem servido como um dos principais eixos de sustentação da economia cabo-verdiana e possibilitado intensas trocas nos dois lados” (SILVA, 2010, p. 129).

<sup>9</sup> É utilizado para designar alguém que é muito hábil em convencer os outros. No Brasil particularmente é denominado de “sacoleiras”.

### 4.3 VANTAGENS DA ADESÃO

De tudo o que já foi analisado até agora leva a crer que a integração de Cabo Verde na sub-região traz, tanto vantagens como desvantagens. As vantagens da adesão do país a CEDEAO são de várias ordens. No nível político essa adesão tem um caráter duplo, visto que representa por um lado um desejo explícito de Cabo Verde em participar da integração africana, segundo o ideal dos grandes líderes africanos, de criar uma unidade africana e de afirmação de uma identidade nacional, e por outro lado, trata-se de uma medida de cunho político que permite a nível da sub-região adotar uma estratégia de defesa e de segurança, baseando numa perspectiva sistemática. Acrescentando a ideia de que nenhum Estado, seja ele grande ou pequeno, consegue, por si só, enfrentar as ameaças emergentes (tráfico de pessoas, armas e drogas, criminalidade organizada e os crimes conexos) e os problemas sociais cada vez mais complexos das sociedades contemporâneas, e particularmente, da sub-região (ONU, 2008).

Cabo Verde é consciente das suas particularidades e limitações de um micro estado insular, aproveitando da sua riqueza que é a sua localização geográfica estratégica, na encruzilhada do Atlântico (entre os três continentes), se situa numa zona de confluência marítima “o terço médio atlântico” que apresenta um peso estratégico e político devido à intensa circulação marítima e aérea e da proximidade a costa ocidental africana. Segundo Rosa (2008), a localização geográfica de Cabo Verde lhe permite ser classificado como “[...] Estado Funcional em termos de segurança e vizinhança, enquanto sujeito internacional confiável; proporcionando a segurança não só do país, da sub-região como também, do corredor da Europa e América (existem projetos de segurança específicos da UE para a região envolvente das ilhas Canárias, que contam com a colaboração estratégica de Cabo Verde)”.

A ascensão de Cabo Verde de Países Menos Avançados (PMD) para categoria de Países de Desenvolvimento Médio (PDM), sua eleição como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e também o resultado de ter estabelecido uma parceria especial com a UE, abrem caminhos para estabelecer parcerias com os grandes países emergentes como a China, a Índia, o Brasil, sendo benéfica não só para Cabo Verde como para a sub-região.

No que se refere em nível económico se for levado em conta o mercado doméstico que é muito reduzido o que limita a atração de investimentos e a própria instalação de indústrias, a integração de Cabo Verde com a sub-região é vantajosa já que está inserida e tem acesso a um



vasto mercado. Neste sentido, a dimensão da CEDEAO, proporciona uma economia de escala e aumenta os argumentos para atrair os investimentos. Pois os investidores não se sentem atraídos ou tem pouco interesse pelos mercados pequenos, pelo fato de não serem muito rentáveis.

Sendo assim, a dimensão regional apresenta uma forma de atrair e rentabilizar financiamentos externos (CEDEAO, 2009). Na perspectiva de Pina, (2008) “o reconhecimento de Cabo Verde na arena internacional não proveu somente da sua pertença à comunidade, mas também pelo fato do país ter e assumir posições genuínas, credíveis e em conciliação com os valores e princípios universais, que regem a ONU” (PINA, 2010, p. 61).

#### 4.4 DESVANTAGENS DA ADESÃO

A falta de conhecimento dos Cabo-verdianos da sub-região e ainda, a insuficiência de diálogo entre os dirigentes nacionais na região que possibilite a um maior entendimento em matéria de integração regional constitui dois pontos negativos (Pina, 2008). Logo a necessidade de uma maior aproximação de Cabo Verde à organização regional, seja para uma participação mais ativa no processo de tomada de decisões como também para proporcionar um maior conhecimento entre os Estados da Comunidade. Pois a falta de diálogo entre os Estados membros lhes torna mais vulneráveis aos problemas característicos da região e observa-se que dado à complexidade cultural da mesma tornasse necessário um equilíbrio na tomada das decisões inerentes a integração de todos na região.

Além disso, há outro problema preocupante que é o surgimento da imigração em Cabo Verde, e a ausência de práticas e políticas neste sentido. Na perspectiva de Cabral e Furtado (2008), o país tornou-se um local de destino de uma grande quantidade de imigrantes oriundos dos outros países africanos como, por exemplo: Guiné Bissau, Nigéria, Senegal, e outros, dado aos problemas tanto internos como externos dos mesmos. Assim se de um lado, o cenário de crises econômicas e conflitos geradores de dificuldades em alguns países africanos, faz com que se aumentem os fluxos migratórios de pessoas em busca de melhores condições de vida, por outro, há que se destacar que Cabo Verde nos últimos tempos tornou-se um país atrativo, não só como rota para os grupos migratórios atingirem mais facilmente a Europa ou a América do Norte, mas também como destino por se tratar de país sem conflito e economicamente promissor (PINA, 2008, p. 62).

De acordo com Pina (2008) a imigração em Cabo Verde não constitui por si só uma desvantagem, (antes pelo contrário é uma forma de mão de obra para o país), mas com o ritmo

que vem ganhando poderá vir a ser uma desvantagem se forem levados em conta às limitações físicas de Cabo Verde de absorção de imigrantes, como por exemplo: reduzida dimensão territorial, populacional, infraestruturas sociais de saúde, educação e emprego.

Em suma, a integração regional é sem dúvida um elemento constitutivo da política externa de Cabo Verde e se apresenta como um desafio para o país, ou melhor, para a sub-região. Cabo Verde por ser um país pequeno e com fracos recursos e ainda dado a sua insularidade, tornam-se maiores os desafios para com a integração na região. Neste sentido uma maior coerência nos objetivos orientadores da política externa é fundamental para traçar uma estratégia de integração nos espaços regionais. Desta forma, observa-se que ainda há muito que fazer no que diz respeito à África Ocidental dado a complexidade da mesma e a carência de diálogo nas resoluções de assuntos variados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo analisar a política externa de Cabo Verde nas relações com a CEDEAO tendo em vista uma maior inserção na região, no sentido de analisar quais os ganhos que essa inserção no bloco regional lhe trouxe tanto a nível internos como regional.

Ao longo do trabalho procuramos demonstrar que o Cabo Verde pauta pela condução de uma política externa que visa uma maior eficácia no desenvolvimento político, económico e social do país. Neste sentido, a própria saída do grupo dos países mais pobres do mundo para o grupo dos países de desenvolvimento médio representa um salto quantitativo e qualitativo em matéria do desenvolvimento. Podemos assim, constatar que o financiamento externo em forma de ajudas externas ou empréstimos e uma boa gestão interna, tem ajudado a superar de uma forma equilibrada a escassez dos recursos internos no país.

Deste modo, no capítulo dois foi abordada uma revisão teórica sobre o conceito de política externa, e o papel da política externa de Cabo Verde adotada como estratégia de desenvolvimento, bem como, o programa do Governo direcionado a promover o interesse nacional que identifica os vários pontos que tratam a questão da política externa de Cabo Verde na dinâmica das relações internacionais.

A partir da análise deste capítulo, constatou-se que a política externa de Cabo Verde tem sido fundamental no processo de desenvolvimento do país. Conclui-se a partir desta análise que os Estados devem adotar uma boa condução da política externa sobre aspectos políticos, económicos, educação, cultural, entre outros. E são os países em desenvolvimento que mais precisam apostar numa boa política externa para a promoção do desenvolvimento. Neste sentido, Cabo Verde é um grande exemplo, já que não possui recursos naturais e não constitui um Estado com influência estratégico-militar, e política.

Sabe-se que com a globalização mundial e a relação quase de interdependência das economias, os Estados não podem simplesmente isolar-se uns dos outros, mas sim acompanhar essa dinâmica com uma visão ampla, mas sem deixar de lado os interesses nacionais. Assim na sequência no terceiro capítulo foi analisada a inserção de Cabo Verde no espaço da CEDEAO examinando os antecedentes históricos da Comunidade, o tratado que posteriormente deu origem a CEDEAO e como se deu a entrada de Cabo Verde no bloco. E mais ainda a participação dos Estados membros nesse processo de integração.

Em suma, seria importante reconhecer ainda que a política externa de Cabo Verde, evidentemente, não se esgota na integração regional. A política externa tende a atribuir a

Cabo Verde pertenças múltiplas e a construir, com esse objetivo, parcerias estratégicas multilaterais ou bilaterais que representem valor acrescentado para o arquipélago, nos domínios da paz, segurança e desenvolvimento.

Na visão de Rocha (2010) não obstante, “a revisão do Tratado com a criação de mecanismos jurídicos e operacionais para acelerar a integração e as reformas empreendidas pelo Secretariado executivo / Comissão, o caminho ainda é longo e semeado de dificuldades, das quais as de natureza técnica não são as maiores, Ou melhor, a sua superação depende de uma real política de convergência efetiva pela a ação do Estado face à integração regional que não existe em muitos casos”.

No quarto e último capítulo fez-se uma análise da entrada de Cabo Verde e a CEDEAO, tentando analisar a natureza efetiva da inserção de Cabo Verde na CEDEAO, revendo quais foram às reais motivações desta integração e a importância da política externa neste sentido. Entretanto, a apresentação de dados tanto da importação como da exportação entre o país e a região mostra que a integração de Cabo Verde na CEDEAO não lhe trouxe resultados significativos.

No contexto concreto de Cabo Verde, numa reflexão por vezes pautada por ambiguidades e posições maniqueístas, as posições oscilam entre o ficar ou sair da CEDEAO e buscar um porto de abrigo no estabelecimento do que tem vindo a chamar-se “parceria especial com a União Europeia”.

Não obstante as dificuldades no que tange a existência de material bibliográfico para o desenvolvimento do tema proposto, consideramos que o atingimos nossa meta na medida em que conseguimos abordar todos os nossos objetivos de pesquisa.

Trabalhamos com a hipótese de que devido às condições geográficas do país, o seu desenvolvimento depende em grande medida da efetividade de sua política externa. Conseguimos comprovar tal hipótese, ao demonstramos as condições insulares do país e, portanto a ausência de recursos naturais o que leva os dirigentes do país a fazer a condução de uma política externa pragmática e responsável uma via significativa para o desenvolvimento.

Ao desenvolvermos nossa pesquisa, utilizou-se como base teórica a noção de política externa de Wilhelmy (1988) que de uma forma objetiva e direta define política externa como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados. A política externa de acordo com este autor está vinculada ao nível do Estado-Nação, tendo por base os objetivos e as estratégias que, por meio do governo, de determinado país busca realizar seus interesses frente ao sistema internacional, respondendo a demandas tanto de ordem interna como a nível global. Esta abordagem mostrou ser coerente

com o nosso objetivo de pesquisa, pois conforme verificamos ao longo dessa monografia, a condução política externa, tendo como foco, a prevalência dos interesses nacionais e consequentemente o desenvolvimento tem-se mostrado uma estratégia da elite política cabo-verdiana.

Ainda com resultados desse trabalho observamos as seguintes constatações no que se refere a uma caracterização da política, da econômica e do comercial da região CEDEAO:

Em nível político a região apresenta um leque de situações que variam entre os países instalados numa "normalidade" democrática, os países em situação de pós-conflito mais ou menos recentes e os restantes com crises abertas muito próximas da guerra civil, embora e no geral, a dinâmica da paz tende a impor-se ultimamente.

Politicamente destacam-se questões ligadas à fragilidade dos Estados, bem como, ausência de vontade política por parte de alguns dirigentes africanos devido ao antagonismo ideológico sobre a forma construir as políticas regionais de desenvolvimento, e por tanto, da política da integração. Ainda no âmbito interno, ressalva-se que a atuação de alguns governos e seus líderes em dilapidar a riqueza da população e implantar uma cultura de corrupção que leva ao enriquecimento da elite governamental e seus colaboradores (UKEJE, 2005), visto que os respetivos presidentes eram (e, ainda são) na sua maioria militares que permanecem no poder durante várias décadas.

Em nível econômico pode-se constatar que principais indicadores macroeconômicos da região atestam uma performance mitigada na região. Um crescimento econômico de apenas 3,8% em 2006 contra 5,7% em 2005.

Essa fraca performance ficou a dever-se essencialmente ao crescimento menor da agricultura e ao custo elevado da energia, Com efeito, exceção feita da Costa do Marfim e da Nigéria, todos os demais são importadores de petróleo.

Em 2006, o PIB real da região (fonte CEDEAO) deveria atingir os 102 bilhões de dólares com a contribuição de, aproximadamente, 1/3 de cada um dos setores, primário, secundário e terciário. Porém a agricultura, as minas e as carreiras e o comércio representam 60% desse montante.

Por outro lado o nível do comércio oficial intra-regional (exceção feita do comércio informal transfronteiriço) representava em 2004 apenas 11% do comércio total da região, prova de um fraco nível de integração regional que poderá encontrar uma explicação na ausência de complementaridade das economias oeste-africanas e na persistência de obstáculos tarifários e não tarifários, como sejam neste ultimo caso, a insuficiência de infraestruturas e o custo elevado dos serviços.

Tratando-se do comércio exterior, a União europeia constitui o principal mercado de importação e de exportação da região.

Os Estados Unidos em segundo lugar e outros parceiros como o Brasil, a Índia, a China e a Coreia do Sul vêm aumentando a sua parte de comércio com a região.

O comércio concentra-se nos produtos de bases com origem na agricultura (café, cacau, algodão) na pesca, na exploração mineira (alumínio, ouro) e no petróleo. Os dois principais produtos de exportação para o mercado europeu são os combustíveis e o cacau que representam 45 e 21% do total

Em suma, as economias da região apresentam-se pouco diversificadas, pouco complementares e largamente dependentes de fatores exógenos, como a demanda mundial para os principais produtos de exportação que permanece fraca, refletindo-se na fixação dos preços dos mesmos.

Assim sendo, a estratégia de desenvolvimento em médio prazo para Cabo Verde tem como objetivo principal transformar a economia pela diversificação da sua base produtiva. Cabe destacar aqui alguns desafios fundamentais que devem ser ultrapassados para que este objetivo seja alcançado: a sua insularidade, a dispersão territorial e a população escassa, que limitam o seu mercado interno; as infraestruturas não têm a qualidade suficiente, o que entrava a competitividade; e o seu ambiente de negócios ainda necessita de mais reformas. Por outro lado, o país depende de recursos financeiros externos, incluindo ajuda ao desenvolvimento e remessas da sua diáspora, e é vulnerável a choques externos.

Pessoalmente, a pesquisa mostrou ser de suma importância na medida que permitiu uma maior familiaridade com o assunto em pauta e, em última instância, permitiu preencher uma lacuna do conhecimento até então existente.

## REFERÊNCIAS

ATELIER Nacional sobre os Estados Nações e o desafio da integração Regional da África do Oeste: o caso de Cabo Verde: Relatório final. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2007.

BADI, Mbuyi K. **Ideologías y Experiencias de Integración Regional en África:** problemas e perspectivas. Tesis (Doctorado en Ciencias Políticas) - Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales de la Universidad Complutense, Madrid, 1992.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Crescimento e desenvolvimento econômico.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CABO VERDE. **Estudo de impacto de um Acordo de Parceria Econômica:** relatório final. Cabo Verde, 2006.

\_\_\_\_\_. **Programa do Governo para a VII Legislatura:** 2006–2011. Disponível em: <[http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file\\_id=206273#LinkTarget\\_424](http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=206273#LinkTarget_424)>.

CABRAL, I.; FURTADO, C. **Os Estados-Nação e o desafio de Integração Regional da África do Oeste:** o caso de Cabo Verde. Praia, 2008.

CARDOSO, Fernanda Graziela. **A relação centro-periferia e a distribuição desigual de ganhos:** retomando as contribuições teóricas de Singer e Prebisch. São Paulo: USP, 2012.

CARDOSO, Sorraia Andreia de Sousa Medina. **A importância da diáspora na política externa de Cabo Verde.** Portugal: Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão, 2011.

CEDEAO. **La BIDC en Bref.** 2011. Disponível em: <<http://www.africaneconomicoutlook.org/po/paises/west-africa/cabo-verde/>>.

CEDEAO. **Les Migrations:** Atlas de l'integration Régionale on Afrique de l'Ouest. 2006.

CONFÉRENCE DES NATIONS UNIES SUR LE COMMERCE ET LE DÉVELOPPEMENT - CNUCED. **Le développement Economique en Afrique:** Rapport 2009.

\_\_\_\_\_. **Renforcer l'intégration économique régionale pour le développement de l'Afrique..** 2009.

COSTA, Suzano. A política externa Cabo-Verdiana na encruzilhada atlântica: entre a África, a Europa e as Américas. In: PROGRESS: Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África. [s.l.]: ISEG-UTL, 2011.

DE LA VEGA, Lourdes. **Actores regionales y subregionales en África Subsahariana:** socios y líneas de trabajo potenciales para la cooperación española. Madrid: Fundación Carolina, 2007.

DIALLO, Mamadou Alpha. **Relações comerciais entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental**: CEDEAO. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

DUARTE, José Armando. As relações externas de Cabo Verde na África Ocidental e os quadros regionais de cooperação da União Europeia. **Revista de Estudos Internacionais**, Cidade da Praia, n. 20, 2004.

ENQUADRAMENTO Cabo Verde Digital: 2007-2008. Disponível em: <[https://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=29&p\\_menu=66&p\\_ent\\_det=1384](https://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=29&p_menu=66&p_ent_det=1384)>. Acesso em: 2012.

ESTEVES, T. de J. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao consenso de Washington. **Revista Ideas: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-202, jul./dez. 2008.

FERNANDES, Joel Aló. **A integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente africano**: proposta de fusão entre a comunidade econômica dos estados da África ocidental (CEDEAO) e a união econômica e monetária da África ocidental (UEMOA). Florianópolis, SC, 2007.

FERNANDES, Lito Nunes. **Economia política da integração regional na África Ocidental**: a união econômica e monetária do oeste africano (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GOMES, Joaquim. **A inserção de Cabo Verde na CEDEAO**: o comércio e as migrações. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

GRAÇA, José Antônio. A gênese da política externa cabo-verdiana. **Revista Científica de Academia Militar**, Cabo Verde, 2004.

GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **BAD e Cabo Verde “Construindo juntos uma África melhor”**. [s.l.]: [s.n.], 2010.

MARTINS, José Abílio Lomba. África, comércio e desenvolvimento: o comércio e a cooperação inter-africana. **Revista Africana**, Porto, n. 14, 1994.

MARTINS, Manuel Gonçalves. **Relações internacionais**: política internacional. Lisboa: Pedro Ferreira, 1995.

NEVES, José Maria. As relações externas de Cabo Verde: o caso da União Europeia, **Revista de Estudos Internacionais**, Cidade da Praia, n. 20, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**, São Paulo: Saraiva, 2005.

PENNA FILHO, Pio. Integração Econômica no continente africano: ECOWAS e SADC. **Cena internacional**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 17-34, 2000.

PEREIRA, Aristides. **Guiné-Bissau e Cabo Verde**: uma Luta, um partido, dois países, Lisboa: Editorial Notícias, 2002.



PINA, Almerinda. **A natureza efetiva da integração de cabo verde na comunidade económica dos estados da África ocidental (CEDEAO)**. Lisboa, 2010.

RADOS, Milan. **A política externa da União Européia**. Lisboa: Espírito das Leis, 2003.

RELATÓRIO de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA. República de Cabo Verde, 2007.

SILVA, Tatiana Raquel Reis. Comércio (trans) atlântico: as rabidantes cabo-verdianas e o mercado informal brasileiro. **Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana**, n. 12, 2011.

SOUSA, Fernando. **Dicionário de relações internacionais**. Santa Maria da Feira: Afrontamento, 2005.

TAMAMES, Ramón. **Estructura Económica Internacional**. Madrid: Alianza, 1995.

TAVARES, Adilson. J. Cabral. **A importância da política externa no processo do desenvolvimento: o caso paradigmático de Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

TOLENTINO, André Corsino et al. **África-Europa: cooperação académica**. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

UEMOA. **Regional Economic Program (REP) 2006-2010: Summary Report**. [s.l.]: West African Economic and Monetary Union, 2006.

UKEJE, Charles. From economic cooperation to collective security: ECOWAS and the Changing Imperative of Sub regionalism in West Africa. In: **THE CRISIS of the state and regionalism in West Africa: identity, citizenship and conflict**. Dakar: CODERSIA, 2005.

UNODC, **Programa Regional para África Ocidental**. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2010-2014.

WILHELMY, M. **Política internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: GEL, 1988.

## ANEXO A – PAÍSES DA CEDEAO



Fonte: Site da CEDEAO

## ANEXO B – CABO VERDE - LOCALIZAÇÃO



Fonte: Cabo Verde Serviços Imobiliários